

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

JULIA FERREIRA BIAGINI GOMES

**Reputação das autoridades brasileiras frente à gestão da Amazônia
e sua credibilidade política ambiental na imprensa:
uma análise do governo Bolsonaro**

São Paulo
2020

JULIA FERREIRA BIAGINI GOMES

**Reputação das autoridades brasileiras frente à gestão da Amazônia
e sua credibilidade política ambiental na imprensa:
uma análise do governo Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias.

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

**Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)**

Biagini Gomes, Julia Ferreira

Reputação das autoridades brasileiras frente à gestão da Amazônia e sua credibilidade política ambiental na imprensa: uma análise do governo Bolsonaro / Julia Ferreira Biagini Gomes ; orientador, Luiz Alberto de Farias. -- São Paulo, 2020.

81 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Relações Públicas 2. Política ambiental 3. Imprensa 4. Reputação 5. Amazônia I. de Farias, Luiz Alberto II. Título.

CDD 21.ed. - 659.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

JULIA FERREIRA BIAGINI GOMES

**Reputação das autoridades brasileiras frente à gestão da Amazônia
e sua credibilidade política ambiental na imprensa:
uma análise do governo Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Instituição: _____

Membro Titular: _____

Instituição: _____

Membro Titular: _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTOS

Foi em meio ao caos do ano de 2020 que eu consegui olhar com maior brilho à ela: minha família.

Aqui, agradeço à minha mãe, por ter confiado em meus sonhos desde a primeira vez que pude proferi-los. Você os apoiou, apesar das dificuldades, e me ensinou a confiar em mim mesma. Você também é a responsável pela frase na minha cabeça — *“mesmo com medo, vai”* — toda vez que considero desistir de algo. E eu sempre vou. Afirmo com total convicção que, se comemoro essa conquista hoje, ela é graças a ti.

Ao meu pai, por estar do meu lado e me encorajar a ir atrás do que eu quero mesmo quando parece impossível. Obrigada por me ensinar que amanhã é um novo dia e podemos recomeçar.

Às minhas irmãs, Mariana e Elisa: agradeço todos os dias a sorte de tê-las como base de exemplo e conforto. Aos meus irmãos Gabriel, Gilberto, Camila e Karina, obrigada por me inspirarem determinação e celebrarem com furor todas as minhas vitórias. Vocês todos me ensinam muito!

Ao meu cunhado, Jonas, que em 2020 lutou a batalha mais difícil de sua vida e curou-se de um câncer. Você é minha inspiração de calma e, ao mesmo tempo, de força e luta. Tenho muito orgulho de ser parte da sua família.

Às minhas tias Lúcia e Clarete por todo amor e carinho.

Às minhas primas, principalmente à Érika. Você não sabe a parcela de participação que tem em eu estar aqui hoje, finalizando este ciclo. Você foi a minha primeira inspiração do “que quero ser quando crescer”. Lembro como se fosse hoje o dia em que passou na ECA, lá em 2011, e foi até a porta da minha escola gritar, toda suja de tinta. Obrigada por isso.

À Universidade de São Paulo e aos meus mestres ao longo do caminho, desde meus tempos de EEFÉ em 2014, meu obrigada mais profundo. Um agradecimento especial ao meu orientador, Luiz Alberto de Farias, que em suas aulas ao longo da graduação fez com que me apaixonasse por RP e agora tenho a oportunidade de tê-lo como guia nesta pesquisa.

À Escola de Comunicação e Artes, por ter me dado os melhores anos da minha vida e possibilitado a realização de sonhos que eu nem sabia que tinha. Foi essa instituição que fez com que minha admiração pela vida acadêmica crescesse. As oportunidades de debate sobre a vida e a possibilidade de educação pública de qualidade mudaram a minha história. Espero retornar todo conhecimento adquirido à sociedade.

Também agradeço infinitamente a chance de cruzar com pessoas incríveis que mudaram minha experiência universitária: Família RPnot16, Gestão 29 (ECAtlética) e as AMIGAS (Bru, Mari, Van, MV, Bião e Nanda). Levarei vocês e nossas histórias comigo para todo sempre!

Ao meu colega Antônio, por ter auxiliado no amadurecimento das ideias desta pesquisa e me ajudado a colocar em palavras minhas inquietações. Tenho muito orgulho de tudo que vivemos juntos, irmão. À Aline, que está ao meu lado desde a primeira vez que coloquei o pé na Universidade, dividindo felicidade, espiritualidade e irmandade.

Ao Pedro Ivo, meu companheiro de jornada: obrigada por ser meu porto seguro. Tenho sorte de compartilhar a vida contigo. Certamente não teria alcançado tudo o que consegui ao longo desses cinco anos se não tivesse seu apoio constante e amor.

Para sempre serei auriroxa, ecana e fanática.

RESUMO

GOMES, Julia Ferreira Biagini. **Reputação das autoridades brasileiras frente à gestão da Amazônia e sua credibilidade política ambiental na imprensa: uma análise do governo Bolsonaro.** 2020. 81 f. Monografia (Bacharelado de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa tem como objetivo principal o entendimento da reputação do Governo Federal do Brasil sob comando do presidente Jair Bolsonaro, ligada a assuntos ambientais, em especial políticas voltadas à Amazônia, e sua repercussão na imprensa. Buscou-se o entendimento da imagem perante os públicos internacionais e suas consequências para a política brasileira. Realizou-se então uma sustentação teórica dos conceitos política, reputação e sustentabilidade. Ainda entendeu-se como a imprensa opera na atualidade suportada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), dado seu papel de influência na sociedade de rede. A partir da análise constatou que o discurso das autoridades, que vão ao desencontro dos dados científicos que são resultantes da gestão ambiental adotada, gera má reputação, levando à perda de parcerias e investimentos, além do afastamento de relacionamento com outros países.

Palavras-chave: Reputação. Relações Públicas. Imprensa. Jair Bolsonaro. Políticas Ambientais. Amazônia. TICs.

ABSTRACT

GOMES, Julia Ferreira Biagini. **Reputation of Brazilian authorities towards the management of the Amazon and its environmental political credibility in the press: an analysis of the Bolsonaro government.** 2020. 81 p. Monography (Bachelor Degree in Social Communication with habilitation in Public Relations) - School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This research has as main objective the understanding of the reputation of the Federal Government of Brazil under the command of President Jair Bolsonaro, connected to environmental issues, in particular policies related to Amazon, and its repercussion in the press. We sought to understand the image before the international public and its consequences for Brazilian politics. Then there was a theoretical support for the concepts of politics, reputation and sustainability. It was also understood how the press currently operates supported by Information and Communication Technologies (ICTs), given its role of influence in the network society. Based on the analysis, it was found that the authorities' discourse, which goes against the scientific data that result from the adopted environmental management, generates a bad reputation, leading to the loss of partnerships and investments, in addition to the disconnection of relationships with other countries.

Keywords: Reputation. Public Relations. Press. Jair Bolsonaro. Environmental Policies. Amazon. ICTs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Dimensões da Sustentabilidade.	27
Figura 2 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	30
Figura 3 — Criação de UCs federais nos governos de Dilma e anteriores.	47
Figura 4 — Execução orçamentária por programa temático de 2016 a 2019.	50
Figura 5 — Incrementos de desmatamento - Amazônia Legal - Estados.	51
Figura 6 — Matérias de veículos internacionais relevantes sobre a floresta Amazônica e o presidente do Brasil.	54
Figura 7 — Matéria de capa aponta perigo iminente da Amazônia sob o governo Bolsonaro.	55
Figura 8 — Vetores que influenciam na tomada de decisão da política.	57
Figura 9 — Manchete imprensa brasileira.	59
Figura 10 — Bolsonaro responde Emmanuel Macron.	60
Figura 11 — Investidores procuram reguladores nacionais para trazer ordem e disciplina às divulgações não financeiras da empresa.	61
Figura 12 — Proporção de AuM [Assets Under Management] sustentáveis global por região (2018).	61
Figura 13 — Página inicial do site “Brazil by Brasil”.	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POLÍTICA E REPUTAÇÃO	13
3 O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE	24
4 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	34
4.1 A sociedade em rede	36
5 A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NO COTIDIANO DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA	40
6 A GESTÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E SUA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA	45
7 REPUTAÇÃO E IMAGEM: AS CONSEQUÊNCIAS PARA BOLSONARO	56
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O planeta vive hoje uma crise social e ambiental que ameaça a permanência de futuras gerações na Terra. O agravamento do aquecimento global, a escassez de água potável, os conflitos e a exploração intensa dos recursos naturais clamam pela união de uma governança internacional. Ao longo da história é possível observar tal mobilização iniciada por instituições globais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que fundou encontros e grupos de trabalho com o propósito principal de levantar discussões sobre temáticas ambientais, sendo um exemplo a Rio-92, além de outras Conferências do Meio Ambiente. Esses eventos reúnem líderes de Estado, CEOs, sociedade civil e organizações não governamentais com o intuito de estabelecer ações e metas, além de desenvolver estudos sobre as práticas sustentáveis que devem ser seguidas nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais. As presenças fundamentais nesses encontros são dos chefes de Estados (presidentes, primeiros-ministros, chanceler), atores indispensáveis na implementação de políticas internas ambientais.

O território brasileiro capta um amplo olhar internacional para sua fauna e flora, devido ao tamanho do patrimônio ambiental que tem, em especial a Amazônia. As equipes de antigos governos entenderam a importância da priorização da coordenação interna desse bioma, criando iniciativas que preservam a floresta, tornando o Brasil uma referência em priorização ambiental, com dados que comprovaram a efetividade da implementação de ações de proteção. Ao tomar poder, Jair Bolsonaro, desde a sua eleição em 2018, estampa capas de jornais e revistas ao redor do mundo com manchetes que evidenciam suas decisões políticas controversas e discursos aquecidos. Quando observadas sob um filtro de pautas ambientais, esses conteúdos jornalísticos levantam reflexões sobre o lugar que o governo quer chegar com tais posicionamentos, uma vez que falas e ações convergem das propostas globais para o meio ambiente, criando assim uma imagem negativa perante aos públicos de interesse.

Destacando que “a reputação é uma construção discursiva. Uma produção de comunicação” (BARROS; PERES-NETO, 2019, p. 130), esta monografia visa entender qual é a percepção da reputação do atual governo brasileiro por seus

públicos estrangeiros, empenha-se em analisar o cenário político capturado e difundido por meio da imprensa e busca observar se as consequências das ações e falas de líderes do Governo são benéficas ao país. Os discursos do presidente e demais atores do Estado têm causado boa repercussão nas mídias? Isso reflete resultados financeiros positivos? Estreitaram-se relações com outros parceiros? Para responder tais questões, o desenvolvimento do raciocínio se dará com base em cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz a conceituação histórica e teórica de política e reputação e qual a ligação dessas duas palavras num sistema governamental. A partir das obras de dois filósofos gregos, Aristóteles (*Política*) e Platão (*A República*), e de uma representante moderna, Hannah Arendt (*O Que É Política?*), pôde-se criar uma base de conhecimento para entender a construção de política moderna. Em reputação, a reflexão abarca as teorias de Clóvis de Barros Filho e Luiz Peres-Neto (2019), Daniel Solove (2007), e Elisa Prado (2017) sobre gestão da reputação no contexto contemporâneo.

No segundo capítulo discute-se o papel da sustentabilidade na atualidade e a importância do meio ambiente na era do Antropoceno. Além de serem temáticas de crescente discussão em gestão de responsabilidade social, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) guiam condutas de organizações públicas e privadas. É também neste tópico que se observa a mudança do conceito *triple bottom line* para o acrônimo ESG — *Environmental, Social e Governance*.

O terceiro capítulo discorre sobre o contexto contemporâneo da sociedade atual, pautada na digitalização, e o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na mudança da esquematização da sociedade de rede, baseada em Castells (2005), com foco neste conceito no subcapítulo.

O quarto capítulo parte da análise da atuação da imprensa enquadrada no ambiente tecnológico, narrando a mudança de seus formatos ao longo da história, além de seu papel político na sociedade, que também se alterou ao longo das mudanças digitais, destacando sua relação com as redes sociais.

Reunindo as temáticas apresentadas, no capítulo cinco se inicia a análise da gestão ambiental da equipe de Jair Bolsonaro, fundamentada no histórico das políticas públicas dos governos pós-ditadura em relação à Amazônia, e sua

repercussão na imprensa (com foco internacional), embasado em manchetes e reportagens.

O sexto e último capítulo analisará a reputação e a imagem do Governo Jair Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020, ao tratar de temas ambientais. Com foco na Amazônia como tópico mundial de discussão, se refletirá se a administração interna está trazendo consequências positivas ou negativas para o Brasil, observando dados econômicos e de relações públicas, respondendo assim às perguntas desta pesquisa.

2 POLÍTICA E REPUTAÇÃO

O berço da política, assim como o da filosofia e da matemática, é a Grécia Antiga. Essas ciências milenares ajudaram a construir o que conhecemos como sociedade na sua atual formatação. A origem da palavra *sociedade* vem do termo grego *politiké* — união de *pólis* (cidade) e *tikós* (bem comum dos cidadãos). No dicionário de Língua Portuguesa, encontra-se a definição do termo *política* como “arte ou ciência da organização, direção e administração de nações, Estados” (HOUAISS, 2009, p. 587).

A construção de uma política com participação ampla do povo nasceu com Clístenes em 509 a.C. Esse magistrado ateniense, considerado o pai da democracia, aboliu a divisão de tribos a partir da ligação de parentesco e instaurou a divisão territorial de Atenas em dez *demos*¹. Cada um desses distritos tinha uma Assembleia (*eclésia*) e um Conselho. A primeira era composta por todos os cidadãos, ou seja, homens livres, com mais de 18 anos e filhos de pai e mãe atenienses. Já o segundo era a instituição mais importante, pois os conselheiros eram os responsáveis por preparar os assuntos que seriam debatidos e votados na assembleia, além de exercerem papéis administrativos, judiciais e de supervisão. Com o objetivo de extinguir a hegemonia aristocrática na organização das cidades-Estado, cidadãos de todas as classes sociais estavam aptos à participação na política. No caso da estruturação do Conselho, realizava-se um sorteio para selecionar cinquenta homens responsáveis pela administração da cidade. Era necessário ter 30 anos ou mais e ser um homem livre para candidatar-se ao sorteio. Na busca por uma participação diversificada de pessoas no posto de conselheiro, um mesmo homem poderia permanecer no Conselho por até dois mandados.

Este novo regime, onde o poder de decisão dos caminhos políticos da cidade estava nas mãos dos cidadãos, foi chamado de *demokratia* — junção de *demos* (povo) e *kratos* (poder). Escravos, estrangeiros e mulheres estavam excluídos dos processos políticos por não serem reconhecidos como cidadãos, já que não eram admitidos na jurisdição e na deliberação dos assuntos da cidade.

¹ 1. Povo, população. 2. Conjunto de organismos, vivos, no primeiro momento da sua expansão social. 3. Divisão administrativa da Grécia antiga. DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. **Demo**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/demo>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Com o objetivo de proteger a democracia de tiranos, o conceito de *ostracismo* foi criado nessa época, funcionando da seguinte forma: durante uma assembleia na *ágora* (espaço físico da *pólis* onde as pessoas participavam da política) era discutido se alguém perderia ou não seus direitos como cidadão por dez anos, caso fosse considerado um perigo à democracia. Dessa maneira, assegurava-se a perpetuação do sistema democrático.

O voto direto, a igualdade perante a lei e a participação coletiva levavam a democracia ateniense para um caminho de funcionamento mais palpável na nova organização, parecido com a política que conhecemos hoje. Para a época, este formato foi considerado de grande evolução, visto que os regimes antes conhecidos concentravam o poder de decisão em poucas mãos, com sistemas como a monarquia, impérios ou oligarquias.

Séculos depois, em sua obra *Política*, o filósofo Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) estudou esta movimentação de organização do povo, concluindo uma de suas máximas mais famosas: que o homem é, por natureza, um animal político. Com isso, ele declara que além de ter todas as características fisiológicas dos outros animais do reino, o homem organiza-se em sociedade de um modo que o coloca em integração com outros homens, sendo feitos para a *pólis*. Inconcebíveis em desassociação, esses indivíduos sozinhos tornar-se-ão inúteis. Um homem que não precisa de outros homens “ou é um Deus, ou um bruto” (Ibidem, pág. 20). No capítulo ‘Homem, animal-cívico’, Aristóteles coloca (Ibidem, p. 19) “O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte”. Dessa forma, reitera-se que é impossível ser humano fora daquele lugar fortificado onde todos os homens vivem em conjunto, pois a humanidade vive na *pólis*.

A obra analisa a política dos três principais pontos que compõem um Estado: a população (famílias e cidadãos), o território (geografia) e a autoridade política (fins do poder, formas de governo, observação das causas que acarretam sua ruína ou garantem sua conservação). Para o filósofo, a estrutura básica da sociedade é a família. É a partir da junção de famílias que se formam aldeias, e diversas aldeias num mesmo espaço geográfico formam as cidades. O que o homem procura com esta vivência é a conservação da existência e o bem-estar de todos. A fim de

alcançar a justiça comum, além de meios para fazer com que os sistemas de preservação e funcionamento da vida sigam adiante, a política é considerada o que há de melhor da vida humana: boa e virtuosa. Quanto mais as pessoas participam da política, melhor ela fica. Com isso, Aristóteles vê que, com o tempo, o sistema vai desenvolvendo-se naturalmente para um caminho de aprimoramento da vida política, construída com a soma da participação das pessoas, já que os homens veriam a importância da colaboração, sendo este um caminho inevitável.

De um ponto contrário do prisma, Platão (428 a.C. - 347 a.C.) é outro grande filósofo grego que apresenta sua análise sobre política e a construção da sociedade ao decorrer dos diálogos de *A República*. Diferentemente de Aristóteles, Platão (2000) reconhece a política como uma arte para poucos, pois é necessário muito conhecimento e capacidade intelectual para exercer bem a administração pública.

O fio condutor da obra é a busca pela definição do conceito de justiça. A dificuldade em defini-la é o que desenvolve a história em um conjunto de dez livros. Ao longo dos diálogos, protagonizados por Sócrates, defende-se a tese de que a cidade só se fará justa se for governada por um filósofo — o chamado governo dos sábios. Como a má administração leva à proliferação de injustiças, ele afirma que seria o filósofo o melhor governador de uma cidade, já que ele é a figura que recebe uma educação filosófica, possibilitando-o contemplar a ideia do bem.

A não ser [...] que os filósofos cheguem a reinar nas cidades ou que os denominados reis [...] se ponham a filosofar seriamente e em profundidade [...] não poderão cessar, meu caro Glauco, os males da cidade, nem ainda, segundo penso, os do gênero humano (PLATÃO, 2000, p. 264)

Para exemplificar sua conceituação, Platão inicia o livro VII com a Alegoria da Caverna. É nela (uma das mais famosas dentro da filosofia) que o autor exemplifica sua tese sobre a verdade, a justiça e o conhecimento. O conto narra a história de seres humanos que estão acorrentados, imobilizados em uma caverna escura desde o início da vida, tendo em seu campo visual imagens de pessoas e objetos projetados na parede do fundo da gruta a partir da luz de uma fogueira. Separados do mundo exterior por um muro, a realidade que conheciam era aquela: sensível e aparente. Certo dia, um dos prisioneiros consegue fugir e sair da caverna.

A princípio, ele sente muita dor e desconforto devido à forte luz do inédito ambiente. Aos poucos, acostumando-se com a iluminação, observa e contempla o mundo ao seu redor, entendendo que o que via na caverna não era a realidade verdadeira.

Platão utiliza-se do sol como uma metáfora do bem maior e da verdade. É através de sua luz que o prisioneiro vê o mundo real e entende o que está acontecendo, apesar da dor e da dificuldade primária em lidar com a verdade. Este é o processo de obtenção de conhecimento, ou seja, pela luz do bem o nosso intelecto consegue contemplar as ideias e, ao contemplá-las, adquire um critério para distinguir o que é imagem da realidade, obtendo conhecimento ao comparar as sombras das imagens projetadas na caverna (mundo material) com a clara superfície (mundo das ideias). A nossa condição como seres humanos comuns é esta: tomamos a sombra como verdade. O prisioneiro, que escapa e consegue ver os objetos como verdadeiramente são, é o filósofo que tem o saber da diferenciação do mundo sensível (onde os sentidos são enganosos) daquilo que de fato ele é (o mundo perfeito, das ideias, do inteligível).

Outra hipótese levantada sobre a justiça é a de que aquele que detém o poder e a força é quem indica o que é ser justo. Ser considerado justo algo que é de interesse do mais forte é uma visão atemporal de poder, sendo um modo ainda coerente com a realidade atual, mesmo que milênios depois da constatação. Porém, como aprofundado anteriormente, essa possibilidade é refutada, já que, na visão de Platão, só deve deter o poder aquele que o merece. É neste momento que o filósofo entra para a política. Além disso, o filósofo não recebe nada em troca ao governar a cidade. Ele o faz como forma de retribuição à educação e conhecimentos que a cidade o deu.

Na política de Platão, a justiça individual e a justiça do Estado não se diferem qualitativamente, mas sim quantitativamente. Há uma continuidade entre a vida individual justa e a vida política justa; entre a vida em comunidade justa e o código de conduta individual justo. Aquilo que chamamos de ética (conjunto de regras individuais) e política (conjunto de regras coletivas) não têm uma ruptura nesta maneira de pensar. Isso nos leva a observar o que é ser justo na coletividade para depois descobrir o que é ser justo individualmente, da mesma forma que Aristóteles pensava: o que o homem é dentro de casa é o que ele será em sociedade.

Dos diferentes formatos de governo apresentados em *A República*, Platão discute a monarquia, a aristocracia, a democracia, a tirania, a timocracia e a oligarquia. O livro VIII posiciona a tirania como a pior configuração governamental e critica a democracia, enxergando-a como “uma bela forma de governo, desordenada e variada, que confere certa igualdade tanto para o igual como para o desigual” (PLATÃO, 2000, p. 380). Na democracia, a união da multiplicidade de indivíduos com o excesso de liberdade é o que a torna falha “[...] numa cidade assim todos são livres e transborda de liberdade o burgo e de franqueza no falar, além de ser permitido a todo mundo fazer o que quiser” (Ibidem, p. 378). Ele ainda completa que

[...] ninguém ser obrigado a assumir nenhum cargo de direção na comunidade, ainda que se trate da pessoa mais indicada para isso, nem deixar-se dirigir contra a vontade própria, não tomar parte em expedições militares quando houver guerra, nem aceitar a paz, se assim lhe parecer, quando os demais a aceitarem? Por outro lado, havendo uma lei que proíba este ou aquele de fazer parte do governo ou da magistratura, e apesar disso governar ou julgar quando lhe der na telha: semelhantes práticas, tão do agrado do nosso tempo, não são deliciosamente divinas? (Ibidem, p. 379).

Segundo a autora Ana Alice Miranda Menescal (2009, p. 20), a

[...] criação do projeto político de Platão teve origem, antes de tudo, nas decepções do filósofo com os modelos de governo baseados na democracia e nas ações dos governantes de seu tempo. O ponto culminante dessa criação foi a condenação e morte de Sócrates.

A democracia vivenciada por Platão, numa cidade desenvolvida e justa como Atenas, mata Sócrates pela votação da maioria, acusando-o de questionar o conhecimento. Platão interroga, então, se a verdade pode ser a opinião. Em vista disso, se a verdade é a opinião da maioria, então é justa a cidade que matou Sócrates. Todavia, isso pode ser uma contradição, dado que existem outros elementos na construção da opinião. Logo, a verdade não é uma opinião e muito menos a opinião da maioria, que pode ser manipulada pela dialética.

Para Christoph Helferich (2006), a noção de política do filósofo é basicamente idealista. Um artigo sobre a comparação dos conceitos de política para Aristóteles e Platão, do advogado Aroldo Severo Gonçalves (2015), resume que “Podemos dizer,

grosso modo, que Platão se preocupou mais em analisar como a política deve ser. Já Aristóteles se preocupou mais em analisar como a política é de fato”².

Na modernidade, Hannah Arendt definiu que “o sentido da política é a liberdade” (ARENDT, 2002, p. 14). Ao escrever os textos de *O Que É Política?*, o contexto histórico do século XX em que a autora vivia teve grande influência na resposta da pergunta do título da obra. Para a cientista, o sentido da política é a liberdade enquanto singularidade individual dos cidadãos que caminham em conjunto para a realização do bem comum. Apesar de serem diferentes, os homens organizam seus objetivos comuns através da política. Esta é a condição fundamental para que a mesma se concretize. Isso nos traz a ideia de pluralidade dos homens neste espaço em que as individualidades são consideradas e respeita-se as decisões tomadas em coletivo.

Tendo como base a *pólis* grega, a ideia do bem comum descrita é o bem da cidade. Diferentemente de Aristóteles, que posiciona a política como algo inerente ao ser humano, Hannah acredita que a política “não surge no homem, mas entre os homens” (Ibidem, p. 3). O constante exercício dialético tem papel fundamental na construção de um espaço de relacionamento entre os homens, por ser um lugar comunitário onde diferentes vozes se encaixam, tornando-se essencial para o estabelecimento da política — “Livre agir é agir em público, e público é o espaço original do político” (Ibidem, p. 5).

O sentido da coisa política aqui, mas não seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que só em caso de necessidade, ou seja, em tempos de guerra, davam ordens e obedeciam uns aos outros; porém, exceto isso, regulamentavam todos os assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco (Ibidem, p.18)

A visão apresentada em seus textos teve grande influência do cenário da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Do lado negativo da política, a sociedade via-se sob o domínio de regimes totalitários que causaram consequências graves à toda população mundial, atingida pela guerra de alguma forma.

² GONÇALVES, Aroldo A. Severo. **Breves comentários sobre a política e a justiça em Platão e Aristóteles**. In: Jus.com.br. [S.l.] 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42664/breves-comentarios-sobre-a-politica-e-a-justica-em-platao-e-aristoteles>>. Acesso em: 28 set. 2020.

Somente nesse estágio — em que a guerra não pressupõe mais como viável a coexistência das partes inimigas e só quer liquidar, de maneira violenta, os conflitos surgidos entre elas — a guerra deixou realmente de ser um meio da política e começa, na condição de guerra de extermínio, a romper os limites impostos à coisa política e, com isso, a se auto-exterminar. [...] Foram países de governo totalitário que proclamaram a guerra total, mas com ela impingiram necessariamente a lei de seu agir ao mundo não-totalitário. [...] Isso ficou patente quando a bomba atômica foi empregada contra o Japão e não contra a Alemanha de Hitler, para a qual ela foi originalmente produzida. (ARENDT, 2002, p. 36).

Arendt pensava que os Estados totalitários eram o pior caminho por onde o corpo social poderia guiar sua conduta, já que desta maneira a política perdia seu real propósito e tornava-se uma “coisa”, separando-se dos cidadãos, tirando-lhes a voz e o poder de opinião, criando assim o preconceito político e um distanciamento social. Isso a levou a questionar se “política e liberdade são compatíveis entre si, se a liberdade não começa apenas onde cessa a política” (Ibidem, p. 36).

O Estado-nação tem o monopólio legítimo da força, dada pela sociedade, para que limite sua liberdade, a fim de governar. Ao mesmo tempo, num governo constitucional, como o próprio nome diz, é necessário seguir a constituição e cabe ao próprio povo limitar a força desse governo. A importante indagação resultante da soma da guerra, da bomba atômica e dos regimes totalitários fez com que Arendt pensasse se, nas condições modernas, a política alcançaria sua funcionalidade primordial (a liberdade e a vida) ou se a humanidade iria “sucumbir por causa dela” (Ibidem, p. 14), podendo ser vista como uma ameaça à sua existência.

Como observado até aqui, o conceito de política é muito volátil e dependerá da época, país e cenário para definir-se. Philippe C. Schmitter (1965), professor de ciência política da European University Institute, afirma que a política pode ser definida a partir de quatro elementos: suas instituições, seus recursos, seus processos e sua função. O primeiro seria o Estado ou Governo estabelecido, dentro do qual participam os atores; o segundo, os meios usados pelos atores (poder, influência ou autoridade); em seguida, a atividade que consagra os atores ou os caminhos de decisão de conduta coletiva; por último, as consequências de suas

atividades para a sociedade em que está inserido. O caminho pelo qual um país define sua política é o que determinará a linha de conduta da sociedade local.

O economista brasileiro Celso Furtado posiciona que

A partir do momento em que uma sociedade cresce o suficiente para que os seus membros necessitem pautar o comportamento por normas gerais, cuja aplicação deve ser imposta por uma autoridade que não deriva a sua legitimidade de vínculos de parentesco, estamos em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que a chamemos de sociedade civil ou de Estado. O que importa é reconhecer que qualquer estrutura social que haja alcançado um certo grau de diferenciação, necessitará organizar-se politicamente a fim de que os seus conflitos internos não a tornem inviável. Um ponto importante a ter em conta é o caráter sui generis da organização política - instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se - cabendo-lhe o monopólio de uso da força em nome da coletividade como um todo (FURTADO, 1964, p. 37).

Diante das teorias apresentadas conceitualizando a política, viu-se uma circunstância em comum entre elas desde a antiguidade: a presença de virtudes que direcionam a conduta social, determinando as decisões coletivas. São necessárias leis, regras, definição de justiça, distinção entre bondade, maldade, verdade, mentira, além de outras coisas que convenciam o agir na vida comunitária, definindo assim a moral e a ética. Pode ser que essa definição leve a história para um caminho democrático ou que ela tenha ideais totalitários e mude os rumos de todo um povo. Will Durant (1965) reitera que são as bases econômicas de cada tempo que determinam a mudança na forma como se estabelecem as virtudes de certa época, que são dadas a partir de convenções e costumes que se tornam hábitos com a prática contínua, variam conforme espaço e tempo, mas sempre priorizam a preservação da vida em sociedade. No olhar aristotélico

As virtudes éticas e morais não são meras atividades que circulam entre o racional e o intelectual, mas incorporam sentimentos que transitam pelo afeto, pelas paixões e que, por essa razão, devem ser orientadas de acordo com o código prevalecente em cada época (OSHIRO, 2014, p. 121).

Para Aristóteles (1973, p. 256), todo homem “tem como função ser bom, desenvolvendo ou realizando boas ações”, utilizando-se da atividade racional em associação com sua natureza sentimental. A doutrina moral individual é nomeada ética e a doutrina social, política. É a ética que determinará a forma de vinculação do

indivíduo na coletividade, sendo o bem de todos o objetivo mais importante, dada a alta relevância da vida na *pólis*. “O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as suas instituições não são senão meios para isso” (ARISTÓTELES, 2019, p. 54). O objetivo da política e do Estado é a formação da consciência ética e moral das pessoas como parte de uma sociedade. Tanto para Aristóteles quanto para Platão não existe uma separação entre a conduta privada e pública, e devemos ser responsabilizados por nossas ações em ambas as realidades. O estabelecimento de leis é senão uma simples convenção capaz de manter os cidadãos recíprocos, porém ela é incapaz de torná-los bons e honestos (Idem, 1973).

Dado que vivemos num planeta em conjunto com outras bilhões de pessoas, toda ação tem consequência. Ao agirmos, alteramos de alguma forma o mundo das e para as pessoas. A partir das nossas ações, seremos julgados. Conforme afirmam os autores Barros Filho e Peres-Neto (2019, p. 69), “[...] toda a reflexão, no campo da moral, tem por objeto o que é melhor para mais de um. Para a convivência. Para a cidade. Para o país. Para a humanidade. Para todos”. Mas “é por meio das nossas virtudes e vícios que somos moldados, julgados, louvados e censurados” (OSHIRO, 2014, p. 123). Segundo Aristóteles

O medo, a confiança, o apetite, a ira, a compaixão e, em geral, o prazer e a dor podem ser sentidos em excesso ou em grau insuficiente. Mas se os sentimos na ocasião apropriada, com referência aos objetos apropriados, para com pessoas apropriadas, pelo motivo e da maneira conveniente, estaremos nos situando na excelência que caracteriza as virtudes. (ARISTÓTELES, 1973-II-6, p. 272 apud OSHIRO, op. cit., p. 123)

Clóvis de Barros Filho e Luiz Peres-Neto também tratam de ética no livro “Reputação: um eu fora do meu alcance”, afirmando que

[...] talvez seja mais verdadeiro e mais justo admitir que a ética não seja um atributo do ser. Mas do agir. Porque ora agimos de maneira mais adequada a princípios de conduta estabelecidos por nós e para nós. Ora transgredimos feio, em nome de algum interesse [...] (BARROS; PERES-NETO, op. cit., p. 28).

Quando uma pessoa não é antiética mas *agiu* antieticamente, há a chance de restabelecimento de suas virtudes. Como a ética deve ser o cimento da condição humana (BARROS; PERES-NETO, 2019), existe a preocupação do homem em

manter-se ético a fim de gozar dos benefícios do título de ser um bom cidadão. Neste cenário em que se dá importância aos precedentes de alguém, a reputação se estabelece como algo importante no mundo social. Os julgamentos do “[...] que pensamos de nós e o que pensam os outros de nós resultam de um jogo de influências recíprocas, de interdependência tática, sem nenhuma linearidade” (Ibidem, p. 33).

Fundamentado no olhar alheio, a reputação é, senão, a validação do caráter de uma pessoa, governo ou organização, sustentada com base no mosaico de informações disponíveis sobre ela (SOLOVE, 2007, p. 30). Num estudo sobre o futuro da reputação, Daniel Solove volta ao passado a fim de exemplificar a relevância da mesma

Como afirma o Livro dos Provérbios: “Um bom nome é melhor do que riquezas”³. Em *Otelo* de William Shakespeare, Cássio, cuja reputação foi arruinada pela conspiração maligna de Iago, lamenta: “Reputação, reputação, reputação! Ó, perdi minha reputação! Perdi a parte imortal de mim mesmo e o que resta é bestial”⁴. John Proctor, na peça de Arthur Miller, *The Crucible*, recusa-se a assinar uma falsa confissão de que se envolveu em feitiçaria, optando por ser enforcado. Semelhante ao lamento de Cássio em *Otelo*, Proctor declara: “Porque é meu nome! Porque não posso ter outro em minha vida! Porque menti e me agarrei a mentiras! Porque não sou nada mais do que o pó das botas daqueles que morreram enforcados! Como viver sem meu nome? Já lhes dei minha alma, deixem-me meu nome!”⁵. Proctor prefere morrer a sacrificar sua reputação. Proctor reconhece que não pode funcionar dentro da comunidade sem seu bom nome (Ibidem, tradução nossa).

Empenhando-se em ter boa notoriedade, quando tratamos de reputação no cotidiano, ela é, na maioria das vezes, trabalhada no âmbito organizacional, corporativo. Se algum dia o lucro já foi o objetivo soberano de uma companhia, hoje a reputação é um dos elementos de maior valor — representa 84% dos ativos intangíveis do valor das organizações, como mostra a pesquisa da Ocean Tomo⁶.

³ BÍBLIA, Provérbios, 22, 1.

⁴ “Reputation, reputation, reputation! Oh, I have lost my reputation! I have lost the immortal part of myself and what remains is bestial” (SHAKESPEARE, Ato II, sc. III).

⁵ “Because it is my name! Because I cannot have another in my life! Because I lie and sign myself to lies! Because I am not worth the dust on the boots of them that hang! How may I live without my name? I have given you my soul; leave me my name!” (MILLER, 2000 p. 124).

⁶ OCEAN TOMO. **Annual Study of Intangible Asset Market Value from Ocean Tomo, LLC**. In: OCEAN TOMO. 5 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.oceantomo.com/media-center-item/annual-study-of-intangible-asset-market-value-from-ocean-tomo-llc/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

Pode ser uma marca, um produto, um nome ou governo. Os benefícios advindos da reputação são infinitos: reconhecimento no mercado, aceitação da sociedade, relação duradoura com seus públicos, retenção dos melhores talentos, influência, credibilidade de discurso, entre outros elementos.

Seja numa organização pública ou privada, a composição da reputação é feita sob as luzes da vida pública (BARROS; PERES-NETO, 2019), já que precisa receber uma opinião para tornar-se passível de ser nomeada como tal. Com a presença constante das tecnologias e redes sociais na construção moderna da relação entre as organizações e seus *stakeholders*, elevou-se o protagonismo dos agentes externos. O poder de influência de um consumidor é o mesmo de um veículo de mídia renomado. Apesar de não existir mais o discurso de via única como antigamente, as mensagens distribuídas pela organização ainda tem forte relevância na formação de seus posicionamentos frente aos problemas do mundo. O gerenciamento de relacionamento tem sido muito mais cuidadoso, visto que riscos reputacionais têm a capacidade de gerar impactos negativos às instituições (PRADO, 2017, p. 37). Em 1882, Friedrich Nietzsche escreveu que é mais fácil lidar com sua má consciência do que com sua má reputação⁷.

Na era da super transparência, os discursos e promessas vazias são altamente perigosos para a imagem (opinião dos públicos externos) de uma organização, pois a sociedade está mobilizada e atenta.

Agora, atores sociais como as ONGs, a comunidade, o cliente e o cidadão comum se mobilizam, se articulam e querem ser ouvidos em instâncias institucionais nacionais e internacionais, buscando fazer valer suas demandas, seus direitos, seus valores, suas inserções no espaço sociopolítico (PRADO, op. cit., p. 35).

É necessária a construção genuína de discurso sobre os propósitos e virtudes, com comportamentos coerentes com os novos códigos de ética, incluindo valores importantes para a coletividade como a diversidade, a igualdade e a sustentabilidade.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006, p. 75. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3obVtpeKSLiZGJiR0pvYmtiWUE/view?fbclid=IwAR1rmcA59dZ_9Ke6gz8A4KUq_6RUHxsGgUs0rLjDBH0XTrms0fH0HyCmFCq>. Acesso em: 16 out. 2020.

3 O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE

É impossível falar da estruturação da sociedade sem falar do meio ambiente. Logo no início de *A Política*, Aristóteles (2019, p. 33) pontua “As verdadeiras riquezas são as da natureza”. Todo o processo de construção social teve e ainda tem como sustentação (não só espacial, mas também de recursos) a natureza. É no meio ambiente que se vive, se extrai e se retornam as coisas. Segundo o Glossário Ecológico Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a definição de meio ambiente se apresenta como

Tudo o que cerca um ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação. Estas condições incluem solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e os outros organismos. O meio ambiente não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem (CETESB, 2020)⁸.

O homem alcançou todas as suas conquistas utilizando-se da natureza e, assim, nunca mais parou, exaurindo-a. O desenvolvimento econômico tem se apoiado em recursos naturais não renováveis, acelerando crises ambientais nunca antes vistas na história do planeta. Toda atividade antrópica, movida pelo capital e pela ampliação populacional mundial, aumenta a cada dia o uso de combustíveis fósseis, o consumo de alimentos, energia, mercadorias, recursos hídricos, terrestres, polui o ar, etc. É fato que os dados crescem exponencialmente: em 250 anos, a economia global cresceu 135 vezes, a população mundial 9,2 vezes e a renda per capita aumentou 15 vezes⁹.

Estamos na era do Antropoceno. Este termo foi criado por Eugene F. Stoermer e popularizado por Paul Crutzen no ano 2000, ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1995. Sua derivação vem do prefixo grego *antropo* (que significa humano) e do sufixo *ceno* (que denota as eras geológicas). Encontramos-nos num período da história em que o homem tem tanta força e abrangência a ponto de

⁸ COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Glossário**. In: Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/glossario/#1500039653212-2bb4a5b5-6258>>. Acesso em: 23 out. 2020

⁹ ALVES, José Eustáquio Diniz. **Antropoceno: a Era do colapso ambiental**. In: CENTRO de Estudos Estratégicos da Fiocruz. 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>>. Acesso em: 23 out. 2020.

marcar as estruturas geológicas do planeta. O inglês Jan Zalasiewicz, da Universidade de Leicester, afirmou à revista Planeta (2011)¹⁰ que “o Antropoceno é significativo em muitos níveis”.

Em termos geológicos, ele representa a propagação global de fenômenos que não haviam sido vistos antes na história de 4,5 bilhões de anos do planeta, e cujos efeitos, em muitos casos, vão durar milhões de anos. O conceito reflete a interação de nossa própria espécie com o planeta e nos permite considerar as consequências de nossas ações coletivas no contexto do ‘tempo profundo’ da história da Terra. Por isso, pode tornar-se um fator importante das tentativas socioeconômicas, legais, políticas e filosóficas para controlar coletivamente o nosso impacto no planeta (Ibidem).

Desde 1970, a cada ano o ser humano consome 50% mais recursos do que a Terra pode oferecer, como aponta o Relatório Planeta Vivo de 2012¹¹, feito pela WWF Internacional. A demanda pelo estoque de recursos naturais que a Terra é capaz de produzir ultrapassa seu poder de regeneração dentro de um ciclo de 365 dias. Esse marco é conhecido como o Dia da Sobrecarga da Terra. Se no ano 2000 esse dia foi 5 de outubro, em 2020 ele aconteceu em 22 de agosto¹².

Quando o homem começou a perceber, na década de 1970, que sua forma de progresso não seria suportada pelo meio ambiente, ele buscou um modo que permitisse o desenvolvimento econômico dos países, mas que, ao mesmo tempo, se preocupasse com as questões ambientais. Com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, da primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1987, definiu-se, pela primeira vez, o termo *desenvolvimento sustentável* como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (UNITED NATIONS, 1987, p. 46).

¹⁰ REVISTA PLANETA. **Bem-vindo ao Antropoceno**. 14 fev. 2012. In: Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais (LADEM). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ladem/2012/02/14/bem-vindo-ao-antropoceno/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

¹¹ WWF. **Relatório Planeta Vivo 2012 (Resumo)**: WWF INT 2012 + parceiros ZSL e GFN (conforme relatório principal). Amazônia, p. 26.

¹² CRUPPE, Marizilda. **DIA DA SOBRECARGA DA TERRA - OVERSHOOT DAY 2020**. In: WWF Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/overshootday.cfm>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Nas vésperas da primeira conferência sobre meio ambiente da ONU, criou-se o Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility* em inglês), que teve seu programa piloto iniciado em 1991 com USD 1 bilhão do Banco Mundial. Com o objetivo de resolver problemas ambientais urgentes, o GEF funciona num mecanismo de cooperação internacional, onde nações como Noruega, Alemanha, Suécia e França são os principais doadores, além de ter a participação de instituições internacionais, organizações da sociedade civil e do setor privado. Voltado para países em desenvolvimento que recebem financiamento para projetos ambientais, o fundo define os temas prioritários e seleciona Agências Implementadoras, que aplicam e monitoram os programas que serão desenvolvidos pelas instituições executoras. “As Agências GEF conferem grande capilaridade à instituição e viabilizam o uso dos recursos em um grande número de projetos”¹³, afirma a primeira agência nacional na América Latina, intitulada Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O Banco Mundial atua como administrador, e a contribuição, que é abastecida a cada quatro anos, teve em seu último ciclo (2018-2022) um valor de USD 4.1 bilhões.

Em junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, foi um marco na história do debate sobre o Meio Ambiente, pois a partir de então se abriram discussões e fóruns sobre o assunto no plano político internacional. Nela, criou-se a Agenda 21 Global, documento assinado por 179 países, com 40 capítulos sobre mudanças para esse novo modelo de desenvolvimento do século XXI. Este documento constitui a mais ampla tentativa até então realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável.

Poucos anos mais tarde, em 1994, o acadêmico inglês John Elkington revisitou o conceito em um artigo chamado “Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development”. Nele, o autor afirma que as sociedades industriais ocidentais passaram por um despertar nas últimas décadas, à medida que a escala dos problemas ambientais e de recursos naturais

¹³ FUNBIO. **Agência GEF**. Disponível em: <www.funbio.org.br/agencias/agencia-gef/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

cresceu, fazendo-se claro e necessário seu enfrentamento. Essa aceitação em lidar com o problema agora e não transferir a responsabilidade para as gerações futuras passa por alguns estágios. São eles: ignorância, despertar, negação, redução da culpa, comportamento de deslocamento, conversão e integração. No artigo, Elkington (1994) mostra estratégias de ações com fim no desenvolvimento sustentável, a partir da integração de aspectos sociais, políticos e econômicos. Há um foco maior no cenário empresarial, mas também há espaço para utilização dessa ideia em organizações sem fins lucrativos, governos, etc.

A maior contribuição de Elkington (1994) foi a formulação do *triple bottom line* — ou tripé da sustentabilidade em português. A expressão, também conhecida como os “três P’s”, é definida a partir de três pilares: *people* (pessoas), onde trata dos benefícios gerados para a sociedade em geral; *planet* (planeta), correspondendo aos aspectos ambientais; *profit* (lucro), que se refere ao lucro das organizações, ou seja, seus resultados econômicos. Segundo esse conceito, para ser considerada sustentável, uma organização deve ser financeiramente viável, socialmente justa e ambientalmente responsável. Só desse modo os resultados serão positivos para o mercado e para a sociedade de forma completa e integrada.

Figura 1 — Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: MOTTA, Silvio R. F.; AGUILAR, Maria Teresa P. (2009, p. 89).

O ano de 2000 marcou o início do milênio. Em setembro desse ano, foi realizada a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em Nova York, com a presença de 191 países. Durante o encontro, foram firmados compromissos sociais e ambientais, concretizados em uma Declaração, que deveriam ser alcançados até 2015. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) eram: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. O então Secretário Geral da ONU, Kofi A. Annan, deixou claro no prefácio do documento o importante papel dos governantes em cumprir o acordo “Mas, em última análise, são os próprios dirigentes que são as Nações Unidas. Está ao seu alcance e, portanto, compete-lhes a eles, alcançar os objetivos que definiram” (UNITED NATIONS, 2000, p. 3). Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso, acelerando o progresso a fim de atingir os objetivos.

Já em 2012, vinte anos depois da Rio-92, esperava-se que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, tivesse um importante papel no balanço dos últimos anos em relação ao meio ambiente e ao papel da governança global em prol do desenvolvimento sustentável, além de trazer como segundo tema de discussão a erradicação da pobreza, na dimensão social. Porém, o resultado foi totalmente contrário, a começar pelos presentes. Líderes notórios, como a Chanceler da Alemanha e o Presidente dos Estados Unidos, não compareceram ao Brasil, descreditando a efetividade do evento. Pode-se dizer até que houveram regressões se comparado à Rio-92, pela falta de disposição dos países desenvolvidos para negociação de seus padrões de consumo e também pela apresentação de um discurso pouco consistente, verificando-se “[...] que os líderes mundiais não se voltaram para o caráter de urgência que o desenvolvimento sustentável requer, sem que resultados concretos tenham sido firmados no documento final” (GUIMARÃES, FONTOURA, 2012, p. 28). Outro fato explícito do descaso com os compromissos da conferência foi a inclusão de partes ambíguas e generalistas de tópicos importantes no texto do “Rascunho Zero”, documento que tinha como objetivo concretizar negociações.

Quando o texto se referia, por exemplo, ao "Direito de alimentação e nutrição adequadas", prevaleceu uma forte disposição de alguns governos de simplesmente excluí-lo. [...] A inclusão explícita no texto para as necessidades especiais de mulheres e de povos indígenas foi sistematicamente rejeitada (Ibidem, p. 27).

As Nações Unidas identificaram que tratar as causas de problemas ambientais de forma exclusiva seria uma maneira rasa e pouco eficaz de solucioná-los verdadeiramente. Numa visão macro do cenário, seguindo a conceituação de John Elkington (1994) e Brundtland (1987), um desenvolvimento só seria perdurável se fosse tratado por todos os âmbitos que o permeiam e não só restringindo-se a uma única temática. Era necessário olhar para a sociedade e seus problemas ambientais, sociais e econômicos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vieram para tratar mais amplamente dessas questões. Construídos a partir dos Objetivos do Milênio, os ODS são um “apelo global” (como trata a própria ONU) para garantir que o planeta seja um lugar seguro e bom para todos. A Agenda, firmada em 2015, possui 17 objetivos e 169 metas globais com orientações claras para que todos os países trabalhem de acordo com suas prioridades e capacidades, apresentando temas interconectados. Até 2030, espera-se acabar com a pobreza em todas suas formas, proteger o meio ambiente e o clima com inovação, atingir o consumo consciente, energia limpa, além de garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam dispor de paz, prosperidade e saúde. O décimo sétimo objetivo indica claramente a necessidade de parcerias e meios de implementação tanto entre governos quanto entre sociedade civil e setor privado.

Os ODS só serão realizados mediante um compromisso renovado de cooperação entre a comunidade internacional e uma parceria global ampla que inclua todos os setores interessados e as pessoas afetadas pelos processos de desenvolvimento. Os meios de implementação e as parcerias para o desenvolvimento sustentável são vitais para o crescimento sustentado e para o desenvolvimento sustentável das nações. O ODS 17 propõe o caminho para a realização efetiva da Agenda 2030 por todos os países, e a coordenação de esforços na arena internacional é essencial para isso (PLATAFORMA AGENDA 30)¹⁴.

¹⁴ PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/ods/17/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

Figura 2 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

A conversa sobre mudanças climáticas, iniciada pelas grandes lideranças governamentais, atingiu a população e demandou participação empresarial, criando, assim, uma movimentação em prol da sustentabilidade. Pode-se observar que grandes corporações, principalmente multinacionais, vêm trabalhando fortemente a pauta ambiental ao longo dos últimos quinze anos, não só pelo apelo ao marketing verde e o novo código de ética e moral da sociedade, mas também por serem as maiores responsáveis pelos problemas ambientais — segundo o Balanço Energético Nacional de 2013 (BEN 2013)¹⁵, os três principais setores com maior consumo de energia no Brasil são o industrial (35,1%), o de transportes (31,3%) e residências (9,4%), sendo a participação majoritária do setor privado.

Em agosto de 2009, vinte e sete grandes empresas brasileiras se comprometeram a estimular a redução das emissões de carbono no meio ambiente. Na “Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas”¹⁶, empresas como Camargo Corrêa, Natura e o Grupo Pão de Açúcar mostraram-se dispostas a implementar ações de mudança dentro de seus próprios negócios, a fim de um bem comum. Já mais recentemente, no início de 2019, foi criada a Aliança para o Fim dos Resíduos Plástico (AEPW), também assinado por grandes instituições como a Braskem,

¹⁵ BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional 2013** – Ano base 2012: Relatório Síntese. Rio de Janeiro: EPE, 2013. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-129/topico-100/Relat%C3%B3rio%20S%C3%ADntese%202013.pdf>>.

¹⁶ INSTITUTO ETHOS. **CARTA Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas**. 25 ago. 2009. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/carta-aberta-ao-brasil-sobre-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BASF, Dow, Procter & Gamble, Shell Chemical, entre outras. A AEPW posiciona que “este é um movimento para garantir o futuro de nossas comunidades”¹⁷.

Ações como essas, conhecidas como Responsabilidade Social, podem ser conceituadas como

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2006, p. 3).

Alguns dos papéis da Responsabilidade Social é trabalhar o *triple bottom line*, adiantar-se frente a crises, transparência, criação de valor a longo prazo, integração com seus grupos de interesse, vantagem competitiva, aproximação do empresarial com o social e ética nos negócios. Para o Instituto Ethos, cabe a uma empresa ambientalmente responsável o apoio e desenvolvimento de projetos e programas voltados aos seus *stakeholders*, além de gerenciar o impacto de suas atividades no meio ambiente, minimizando seu impacto e controlando a entrada e saída de materiais do ciclo produtivo. Mitsuru Yanaze (2011, p. 553) escreve que “responsabilidade social pode ser defendida como a obrigação da empresa ou segmento de negócios assume para maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos que produz sobre a sociedade”.

As empresas buscam desenvolvimento em sustentabilidade que sejam coerentes com seus serviços e negócios. Carlos Silva Filho, diretor-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), afirma em entrevista para a Agência Brasil (2018)¹⁸ que

Se não mudarmos o processo de produção e consumo, em um dado momento, o planeta realmente não vai ter a capacidade de regeneração e uma série de matérias primas vão ficar realmente esgotadas, escassas ao ponto de não poderem mais serem utilizadas.

¹⁷ ALLIANCE TO END PLASTIC WASTE. **The Alliance to End Plastic Waste**. Disponível em: <<https://endplasticwaste.org/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

¹⁸ BOEHM, Camila. **Consumo de recursos naturais superou o que o mundo pode renovar no ano**. In: AGÊNCIA Brasil. 1 ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/35HjCSM>>. Acesso em: 25 out. 2020.

Ou seja, o desenvolvimento sustentável é a única alternativa, visto que a máquina produtiva não desacelerará. A inovação tem um importante papel aqui, já que haverá um momento em que será necessário aprender a manter as vitalidades dos processos naturais, ao mesmo tempo em que se poderá continuar com a “expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões” (BOFF, 2012, p.14).

Leonardo Boff afirma que “sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidade das presentes e das futuras gerações” (2012, p. 16). O autor aponta ainda questões interessantes que precisam ser refletidas para que se consiga mudar as atitudes perante o planeta, a fim de alcançar a sustentabilidade plena. Destaca-se a necessidade de realizar transformações, como a criação de outro paradigma de relação para com a Terra e a natureza, além de propor novos modos de produção e consumo mais benignos. O homem deve deixar o antropocentrismo e enxergar-se como parte da natureza, interdependente dela, não como um ser superior que tem o direito de explorar seus recursos ilimitadamente. Segundo Boff¹⁹, economia, política, cultura e globalização não são sustentáveis devido aos níveis de pilhagem de recursos naturais, geração de desigualdades e conflitos entre povos. A economia, principal eixo da sociedade, diminui o controle do Estado e acaba transformando tudo em mercadoria, condicionando a política aos interesses econômicos e não à ética.

Em um mundo em que bilionários detêm mais riquezas que 60% da população mundial²⁰, parece difícil realizar uma mudança brusca em um sistema econômico tão arraigado. Porém, propostas como o capitalismo consciente tem aberto possibilidade de quebra de algumas barreiras. Um exemplo disso é a criação do Imperative 21: uma coalizão global que nasceu em 2020 e apresenta-se como uma rede que veio para redefinir o sistema econômico do século 21. Ela é originária de seis organizações: B Lab, The B Team, Chief Executives for Corporate Purpose (CECP), Capitalismo Consciente, The Global Impact Investing Network (GIIN), JUST Capital e, no Brasil, tem o apoio do Instituto Ethos e do Sistema B. A Imperative

¹⁹ Ibidem.

²⁰ OXFAM. **Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial**. In: OXFAM Brasil. 19 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

fundamenta-se em três vetores de mudança: liderança individual corporativa (presença de CEOs e fortes líderes), mudança da narrativa cultural (redefinição do significado de sucesso num negócio do século XXI) e transformação do sistema em busca de equilíbrio (políticas públicas e governança). Esse tipo de pensamento tem redesenhado os propósitos de muitas empresas antigas e abrindo espaço para novas oportunidades de negócio. O capitalismo consciente tem o intuito principal de ajudar todos e ao planeta. Fazendo negócios de impacto para as pessoas, o foco é criar valor a longo prazo para todos os *stakeholders* e desprender-se da ideia de que o alvo maior é o lucro, afastando-se da imagem do acionista como o indivíduo mais importante da organização.

Hoje em dia, o *triple bottom line* dos anos 1990 é apresentado de outra maneira, deixando o *profit* para trás: os antigos p's atualizaram-se para *people* (pessoas), *purpose* (propósito) e *planet* (planeta). Absorvida pelas corporações, a proposta *Environmental, Social e Governance* (ESG) tem contribuído muito para a discussão ambiental intraempresarial e a criação de alianças em favor de uma real mudança estrutural. O *Environmental* traz a proposta de uso correto dos recursos naturais, redução na emissão de gases de efeito estufa, eficiência energética, gestão de resíduos, entre outros. Em *Social*, o foco é em inclusão, diversidade, políticas de bem-estar social e relacionamento com comunidades. E é em *Governance* que se encontram temáticas como ética, transparência, liderança consciente e *compliance*.

Desta forma, organizações apresentam suas políticas, serviços e produtos para a sociedade, tentando ao máximo criar uma cadeia produtiva com menor impacto para o meio ambiente e para o coletivo, pensando nas próximas gerações, construindo uma boa imagem frente aos seus públicos e alcançando lucratividade sem esquecer de valores importantes. Vale ressaltar a importância do diálogo entre instituições públicas e privadas, estimulando o comprometimento de ambos agentes de mudança. Quanto mais governos e empresas deste perfil se desenvolverem e se fixarem nos mercados internacionais, aos poucos crescem as opções de caminhos verdes, firmando na consciência coletiva a importância de cuidar do meio ambiente a fim de criar um desenvolvimento harmonioso, sustentável, para a população ao redor do planeta.

4 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Para que se possa entender qual o papel dos meios de comunicação na construção de reputação e credibilidade, deve-se entender primeiramente a forma como se dá a estruturação da sociedade atual e sua relação com os meios e plataformas de comunicação e informação.

Desde a década de 1960, o mundo acompanha as fortes mudanças resultantes da incorporação de novas tecnologias no cotidiano da sociedade. Esse paradigma, baseado em novos modelos de desenvolvimento econômico, social e cultural, decorre de um processo de globalização que se acelerou no final do século XX, tendo como ferramentas as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

As TICs podem ser determinadas como o conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada. Empregadas nos mais diversos setores (industrial, comercial, educacional, etc), apresentam variados tipos de aplicação, sendo exemplos comuns a inteligência artificial, soluções na nuvem, *hardwares*, *softwares* ou até simplesmente a internet. É importante destacar que a difusão dessas tecnologias não aconteceu de forma idêntica para todos os países. Ela favoreceu aqueles com mais poder e dinheiro: no quesito estrutural, disponibilizando melhores infraestruturas, conhecimentos técnicos e, de outro lado, facilitando a interação, estabelecendo relações políticas, econômicas e sociais com outros países.

Em escala mundial, a Internet, por sua popularidade, é o principal instrumento de acesso às TICs. O conglomerado de computadores (que interligados formam uma rede global) viabiliza a interatividade, o compartilhamento de dados e o tráfego de informações de uma rede para outra, gerando novos conhecimentos e revolucionando as relações humanas. Por mais que seja usada como meio de obtenção de informação, a Internet é, essencialmente, um meio de comunicação, uma vez que permite a participação igualitária de todos os seus usuários. Com a chegada das redes sociais na década de 1990 e com sua intensificação nos anos 2000, a internet transformou-se em um espaço ainda mais democrático, uma vez que todos têm a mesma visibilidade. Atualmente vemos isso de forma mais clara,

com exemplos ao redor do mundo de como uma pessoa física tem poder de influência e de como o usuário (o seguidor) tornou-se um *stakeholder* importante no momento de tomada de decisão dentro das grandes corporações.

O acesso a meios tecnológicos de comunicação tornou-se condição fundamental para a possibilidade do acesso irrestrito à informação de todas as áreas de conhecimento, sendo seu oferecimento crescente em quantidade e ritmo. Em oposição a isso, a Internet também pode ser geradora de desigualdades sociais, uma vez que deixa de fora aqueles em contextos socioeconômicos desfavoráveis, que sofrem com a falta de infraestruturas adequadas e conhecimento tecnológico. Esse fato pode ser visto concretamente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Tecnologias da Informação e Comunicação 2018 (Pnad Contínua TIC)²¹, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2020, apontando que 25% (ou um em cada quatro) dos brasileiros não têm acesso à internet, ou seja, cerca de 46 milhões de pessoas. Em áreas rurais o índice é ainda maior que nas cidades: 53,5% frente aos 20,6% de pessoas sem acesso em áreas urbanas.

Segundo Castells (2003), a Internet depende do próprio meio social, ao mesmo tempo que tem sobre ele uma influência direta, pois seu desenvolvimento pode contribuir para dinamizar determinados grupos sociais, mas também é capaz de afastar esses mesmos grupos do resto da sociedade, o que poderá vir a acentuar as desigualdades sociais. “A Internet é de fato uma tecnologia da liberdade — mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor” (Ibidem, p. 278). Para Melvin Kranzberg, professor de História da Tecnologia no Georgia Institute of Technology, “a tecnologia não é boa, nem má e não é neutra” (1985)²².

²¹ AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua TIC 2018**: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2ILWYzt>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

²² Cf. LOMBA, Simão. **Leis de Kranzberg**. In: Educação Tecnológica. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/milip.org/et/leis-de-kranzberg>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

4.1 A sociedade em rede

Neste contexto, no qual as TICs estão presentes e integradas no cotidiano, em todas as dimensões da vida humana (trabalho, informativo, lazer), forma-se então uma sociedade baseada em rede, movida pela transformação digital.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2005, p. 20).

Essa sociedade, baseada sobretudo na informação, pode ser designada Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento. O sociólogo espanhol Manuel Castells (2005) diz que a sociedade de rede é a de hoje, não a do futuro. Hoje, não se pode definir a sociedade como Sociedade da Informação, porque ela sempre o foi, mas que “o que é novo é o fato de serem de base microeletrônica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes” (Ibidem, p. 17). A construção dessa sociedade é um processo que vem sendo estudado por diversas organizações devido às novas realidades sociais, econômicas, culturais e legais que ela originou. As questões levantadas são, essencialmente, pela maneira como os indivíduos passaram a desempenhar suas tarefas do dia a dia. As tecnologias de informação e da comunicação vieram substituir muitos mecanismos de funcionamento das relações pessoais e interpessoais, além de terem um poder muito forte de penetrabilidade em todas as dinâmicas sociais.

A sociedade de redes é uma sociedade de indivíduos unidos que, apesar de conectados com pessoas e culturas que os interessa (um processo de conexão seletiva), não perdem sua individualidade²³. Há a percepção de ser único, apesar de se estar em conjunto com outros usuários. Ao longo da história, as tecnologias de comunicação e informação foram moldadas com o uso social da própria tecnologia, tornando-a o que conhecemos hoje, transformando a sociabilidade em sociedade

²³ Ibidem.

hipersocial (CASTELLS, 2005). Sendo assim, é possível observar que quem dá forma à tecnologia é a sociedade segundo suas necessidades e valores.

A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objetivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa (Ibidem, p. 19).

Manuel Castells e Gustavo Cardoso tratam sobre a mudança em “A Sociedade em Rede”. Ambos concordam que a transposição da socialização para o virtual é apenas a “refundação da realidade através de novas formas de comunicação socializável” (Ibidem, p. 24) e não um motivo de desintegração da mesma. A comunicação cria o espaço público ou, como coloca Castells, o espaço cognitivo em que as pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista e opiniões a partir do conjunto de discursos e sinais. Para ele, ao passo que a comunicação interpessoal é uma relação privada, os meios de comunicação midiáticos geram relacionamentos mais amplos entre instituições, organizações da sociedade e as pessoas, não enquanto indivíduos, mas enquanto receptores coletivos de informação. “É por isso que a estrutura e a dinâmica da comunicação social é essencial na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política” (Ibidem, p. 23).

O autor escreve que o novo sistema de comunicação pode ser definido com base em três tendências, vistas até hoje: (1) “a comunicação é em grande medida organizada em torno dos negócios de mídia aglomerados que são globais e locais simultaneamente” (Ibidem), sendo exemplos a televisão, a imprensa, o rádio, a produção audiovisual, empresas com presença online, etc; (2) “o sistema de comunicação está cada vez mais digitalizado e gradualmente mais interativo” (Ibidem, p. 24); e (3)

com a difusão da sociedade em rede, e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes

horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio de mídia e dos governos [...] É comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É auto comandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de mídia (CASTELLS, 2005, p. 24).

A conceituação apresentada por Castells em 2005 teve um ponto alterado com o passar dos anos: o poder de organização da comunicação não está mais nas mãos de grandes meios tradicionais, pois foi transferida para as Redes Sociais. Como veremos mais à frente, esses meios, principalmente a imprensa, adaptaram-se ao novo formato digital de difusão da informação em massa, como o próprio autor previu: uma abertura global e democrática da informação, já que “as redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede” (Ibidem, p. 18).

A transposição do modo de vida da sociedade de rede para o digital alterou significativamente as formas do capital social, conforme discutiu Raquel Recuero no artigo “O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social”. A definição de capital social tem diferentes aspectos dependendo da bibliografia analisada. Porém, o ponto de convergência entre os autores é “que se trata de um valor relacionado às conexões sociais, ou seja, obtido através do pertencimento a um grupo social” (RECUERO, 2012, p. 599 apud Coleman, 1988; Bourdieu, 1983; Putnam, 2000; Lin, 2001). Portanto, o capital social é o valor dos recursos investidos e dos benefícios gerados através das conexões sociais (RECUERO, 2012). As conexões podem ser resumidas em dois tipos de “laços sociais”: fracos e fortes. “A força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam cada laço” (GRANOVETTER, 1973, p. 1361)²⁴. O acúmulo desses itens formam laços mais fracos quando há menos deles envolvidos, ou mais fortes quando há mais recursos envolvidos.

Os laços fortes tendem a conectar atores mais semelhantes entre si (ou seja, com características mais homogêneas, com backgrounds, cultura e educação semelhantes), em uma característica denominada homofilia. Burt

²⁴ Tradução nossa.

(1992) explica que as conexões fortes “dependem de conhecimento e similaridades como educação, salário, ocupação e idade”. Ao mesmo tempo, também por causa disso, os laços fortes também tendem a conectar atores entre si, formando núcleos de nós próximos, interconectados (os chamados clusters nas redes sociais). Já os laços fracos também são chamados de “pontes”, porque justamente, conectam os grupos diferentes. São os laços fracos que aproximam, assim, os grupos entre si. (RECUERO, 2012, p. 601)

No cenário da construção do capital social nas redes sociais, há uma alteração na natureza das conexões. Se antes se mostrava necessário o mínimo investimento de atenção para se manter uma conexão social (fosse ela de qualquer tipo de laço), agora quem faz a manutenção da mesma é a própria ferramenta digital. Outro ponto levantado na análise é que laços mais fracos poderiam ficar mais frouxos enquanto laços sociais fortes poderiam ser prejudicados pelo algoritmo, distanciando pessoas próximas, ou poderiam ser beneficiados, estreitando ainda mais relações, criando-se novos tipos de comunidades virtuais. Entram em jogo novas vantagens sociais para as redes e os indivíduos como confiança, visibilidade, presença, informação e reputação²⁵.

²⁵ Ibidem.

5 A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NO COTIDIANO DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA

Para que seja possível discutir a atuação dos meios de comunicação com a presença das TICs, sobretudo da imprensa, é preciso voltar a discussão para a realidade da mesma quando se iniciou a transição do ambiente *offline* para o *online*.

Num contexto histórico, até 1996 os meios de comunicação viviam em uma situação de oligopólio. Meios televisivos, jornais, revistas e rádios eram dominados por poucas famílias, como o caso da Família Marinho, que ainda hoje controla a audiência de 9 dos 50 maiores veículos de mídia do país. A partir de 1996, com a instalação da internet comercial no Brasil, iniciou-se um processo de abertura desse poder por meio das mídias digitais. Na primeira fase, a internet por conexão discada era um item para poucas milhares de pessoas. Isso se estendeu até o início dos anos 2000, quando a tecnologia de comunicação de dados proporcionou uma transmissão mais rápida através do *Asymmetric Digital Subscriber Line* (ADSL), um formato de linha digital conhecida como *Digital Subscriber Line* (DSL).

Com a conexão banda larga e a pulverização do acesso à internet, houve um incentivo para a criação de portais informativos gratuitos, como o UOL e o IG. A democratização do acesso promoveu o fenômeno dos *blogs*, um processo permitido graças ao aumento do número de internautas na rede e o aprimoramento das plataformas sociais que aconteceu até 2004, ano em que foi lançado o Orkut — rede social que teve mais de 30 milhões de usuários só no Brasil. Esse foi o passo seguinte na revolução da mudança tecnológica que impactou diretamente o *modus operandi* da imprensa, que teve a quebra real de seu oligopólio com a chegada efetiva das mídias sociais, da internet móvel (a popularização do 3G), além dos telefones celulares inteligentes (*smartphones*), com o lançamento do primeiro iPhone em 29 de junho de 2007, permitindo que qualquer cidadão com acesso a um aparelho móvel se apossasse das funções de um jornalista ou editor.

Essa alteração impactou fundamentalmente a relação da imprensa com o fazer político. Um exemplo disso pode ser a eleição de Barack Obama, em 2008, nos Estados Unidos. A grande marca de sua campanha eleitoral foi o fato dela ter sido toda firmada no digital, tendo muito sucesso a ponto de eleger o primeiro

presidente negro dos EUA. Em um texto postado no blog *Media & Politics*, Michael Cornfield, cientista político americano, declarou que

Sem internet não haveria Obama. A diferença de compreensão, entre as campanhas de Obama e Clinton, sobre o que se pode realizar por meio da política online tem sido um fator decisivo nessa que é a maior reviravolta na história das primárias presidenciais. Há, naturalmente, outras diferenças importantes: a estratégia empregada no "caucus", o glamour, a oratória, os discursos enfocando diretamente o preconceito. Mas nenhuma delas teria sido decisiva sem o dinheiro que Obama arrecadou on-line, os vídeos que Obama postou on-line e, acima de tudo, os milhões de pessoas que aderiram on-line à campanha de Obama, em seus tempos e termos próprios (CORNFIELD, 2008)²⁶.

A internet presenciou então o desencadeamento da multiplicação dos usuários, chegando a dezenas de milhões. Em 2010, o Brasil já tinha mais de 43,3 milhões de usuários ativos. O crescimento da internet em si, somado ao das plataformas de mídias sociais (em consequência), trouxe a democratização do acesso à informação, transformando aqueles que antes eram apenas receptores dela, em emissores e repetidores. Esse evento levou ao fim do monopólio que os meios de comunicação detinham e alterou significativamente o papel do jornalista: ele perdeu a exclusividade à informação e se tornou mais um agente em um cenário de milhões de publicadores. Assim, a imprensa deixou de ser a única criadora de pautas. Em conjunto a isso, viu-se a deterioração dos modelos de negócio que haviam sustentado os meios de comunicação tradicionais até então. Os recursos advindos da publicidade, que antes eram investidos em jornais e revistas, voltaram-se para as redes sociais, enfraquecendo ainda mais a imprensa que estava batalhando para manter-se viva. A extinção da concentração do poder do negócio e a crescente força das redes sociais significaram o rápido fim do tipo de processo comunicativo unificado e unidireccional.

As sociedades têm vindo a movimentar-se de um sistema de *mass media* para um sistema multimídia especializado e fragmentado, em que as audiências são cada vez mais segmentadas. Como o sistema é diversificado e flexível, é cada vez mais inclusivo de todas as mensagens enviadas na sociedade. Por outras palavras, a maleabilidade tecnológica das novas mídia permite uma muito maior integração de todas as fontes de comunicação no mesmo hipertexto. Logo, a comunicação digital tornou-se

²⁶ CORNFIELD, M. Yes, It Did Make A Difference. Taking Note. A Century Foundation Group Blog. Disponível em: <<http://takingnote.tcf.org/2008/06/yes-it-did-make.html>>. Acesso em: 21 out. 2020

menos organizada centralmente, mas absorve na sua lógica uma parte crescente da comunicação social. (CASTELLS, 2015, pág. 24)

O desencadeamento desses fatos trouxe a pulverização dos canais de informação em diferentes plataformas da rede. A consequência mais impactante dentro do sistema democrático foi a desintermediação do discurso político pela imprensa. Se, até então, para conseguir projeção de seu discurso, um político precisava ter acesso a um meio de comunicação, a partir do momento que as redes (Facebook, Orkut, Twitter, Youtube) conquistaram a amplitude de pessoas em crescente número como vemos hoje, os políticos deixaram de priorizar os veículos tradicionais de mídia e passaram a tentar criar suas próprias mensagens e emplacar seus próprios discursos nessas plataformas. Em um debate sobre democracia e o jornalismo realizado para o USP *Talks* no Youtube em 2020, José Roberto de Toledo, editor-executivo do site da revista Piauí afirmou

Essa desintermediação permitiu o aparecimento de personagens como o Bolsonaro, que sempre foi tratado como café com leite pela mídia, sempre foi tratado como um figura de segunda classe [...] mas que investiu tudo que pôde para desenvolver sua própria plataforma de comunicação, com muito êxito como se viu nas eleições de 2018 (TOLEDO, 2020, 25 min 53 s)²⁷.

Os meios de comunicação *online* também facilitaram a capacidade de mobilização social, impactando diretamente na organização política da sociedade. A distância geográfica deixou de ser um problema para esse tipo de fenômeno e, assim, grupos de todos os países ao redor do mundo passaram a se mobilizar por diversas causas, participando ativamente da política internacional e local. José Roberto de Toledo diz que esse tipo de acontecimento teve seu primeiro marco com a Primavera Árabe no final de 2010, com a onda de protestos e revoluções ocorridas por diversos países do Oriente Médio, onde a população juntou forças e foi às ruas para derrubar ditadores e reivindicar melhores condições de vida. No Brasil, podemos ver essa mobilização em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho —

²⁷ USP TALKS. **Jornalismo e Democracia: Qual o papel da imprensa na sociedade? | USP Talks | #JornaldaUSP** - ao vivo. 4 ago. 2020. 74 min 05 s, color. Canal USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hTHVFQ6UOHg&ab_channel=CanalUSP>. Acesso em: 6 nov. 2020.

manifestações que se iniciaram contra o aumento da tarifa das passagens de transporte público em São Paulo e logo se expandiram para todo o país, levando outras demandas para as ruas. Pode-se dizer que esse último episódio motivou as passeatas de 2015 a favor do Impeachment da então presidente Dilma Rousseff, que foi destituída de seu cargo em 2016.

Diante da constituição da “nova morfologia social de nossas sociedades” (CASTELLS, 1999, p. 497), a imprensa adaptou-se e se reinventou ainda mais à realidade digital: trocou o papel por assinaturas digitais — dos cinco maiores jornais do país, quatro tiveram sua circulação digital ampliada em 2018 em comparação com a média de circulação de 2017, de acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)²⁸; criaram-se páginas focadas em jornalismo local e também o contrário aconteceu: expandiu-se a perspectiva de uma rede global do jornalismo; ampliou-se a atuação dos veículos nas redes sociais; houve um crescimento pela demanda de podcast, sendo o Brasil o líder no ranking de países produtores, segundo o relatório *State of the Podcast Universe* de 2020²⁹, com as duas outras posições ocupadas respectivamente pelo Reino Unido e Canadá.

Podemos tomar o caso brasileiro das Jornadas de Junho de 2013 como exemplo do formato contemporâneo da imprensa. Raquel Recuero (2014) analisou o papel dos veículos noticiosos nas redes sociais na construção desse evento, especialmente do Twitter — plataforma que tem como característica o imediatismo, o que a faz ter uma presença jornalística muito forte. Apesar da pluralidade de agentes transmissores de informação nessa rede, houve um foco maior para os veículos, “dando-lhes uma considerável importância na reprodução dos discursos e no agendamento das temáticas que serão relevantes durante os eventos” (RECUERO, 2014, p. 3). Esse tipo de comportamento em relação às mídias sociais e acontecimentos cobertos pela imprensa seguiram acontecendo e se fortaleceram ao longo dos anos. Assim, quando um usuário do Twitter consome um conteúdo informativo de determinado veículo *retweetando*, mencionando ou seguindo, ele influencia a visibilidade e a popularidade daquele meio “no sentido de ser conhecido

²⁸ Cf. SACCHITIELLO, Bárbara. **Circulação digital dos grandes jornais cresce no Brasil**. In: MEIO e Mensagem. 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lHANcg>>. Acesso em 13 de nov. 2020.

²⁹ Cf. HUGO. **2020 Mid-Year Podcast Industry Report**. In: VOXNEST. 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://blog.voxnest.com/2020-mid-year-podcast-industry-report/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

pelos demais atores” (Idem, 2012, p. 608). Esse tipo de conexão é chamado de associativo ou de filiação, e se dá a partir de laços construídos com mediação do *software* ou site utilizado, permitindo que os usuários jamais tenham nenhum tipo de troca, além do momento inicial de aproximação.

Como as redes de filiação são baseadas em conexões mantidas pelo sistema, são elas que vão complexificar e aumentar o potencial de alcance das informações nas redes sociais online. Isso porque essas conexões são potenciais canais de disseminação de idéias, notícias e etc (RECUERO, 2009, p. 4).

Além da permanência de conteúdos jornalísticos nas plataformas, as redes sociais também permitem a contínua busca e organização desses assuntos por seus usuários, sendo de fácil replicagem. “A essas características soma-se o fato de que a circulação de informações é também uma circulação de valor social, que gera impactos na rede” (Ibidem, p. 5), e tem como base a percepção de valor pelos atores sociais, ou seja, do capital social³⁰. Como segunda forma de laço, existem as conexões emergentes que são construídas através da conversação entre os indivíduos e precisam passar por processos interativos para além do estabelecimento da conexão social. É aqui que se recebe como benefício do capital social a reputação, tendo como investimento o compartilhamento de recursos.

[...] um ator que investe seu tempo buscando informações que considere relevantes para publicar no Twitter, por exemplo, investe em um determinado tipo de capital social que requer ação. É o caso, por exemplo, da autoridade. Enquanto valor, a autoridade é concedida pela rede devido às ações e reconhecimentos de um determinado ator (conforme demonstra o trabalho de Consoni e Oikawa, 2012). Além disso, a reputação, outro valor individual, é construída pela percepção dos demais das ações de cada ator em cada ferramenta, através dos investimentos compartilhados e pela legitimação da “face” ou identidade cujos valores se deseja ter associados (Idem, 2012, p. 610).

³⁰ Idem, 2007.

6 A GESTÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E SUA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

Quando voltamos o olhar para o que está acontecendo com a natureza, os resultados não são positivos. Apesar dos ODS da ONU terem como meta o ano de 2030, os progressos vistos nesses últimos cinco anos são pequenos ou a situação parece estar regredindo. No momento, além do cenário de pandemia, o mundo vive uma situação alarmante nos quesitos ambientais de desmatamento e conflitos sociais em regiões florestais importantes, como na Califórnia (EUA) e no Pantanal (Brasil).

Focando na análise da floresta Amazônica, parte dessa transformação se dá pelas mudanças políticas que aconteceram nos últimos tempos em países da região, como o Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru e Equador. Como nação, o Brasil está no centro das discussões sobre sustentabilidade e meio ambiente, dada a sua relevância internacional em abrigar a maior floresta tropical do mundo, possuindo um terço das árvores do planeta, a maior biodiversidade, a maior bacia hidrográfica, além de deter 20% de toda água doce do mundo. Só a floresta Amazônica é responsável pela regulamentação das chuvas na América do Sul, pela estabilização do clima do planeta e seu equilíbrio assegura a preservação de 73% das espécies de mamíferos e 80% das de aves existentes do território nacional.

A política está intimamente ligada aos processos ambientais. A importância da Amazônia e o cuidado com as políticas públicas voltadas ao meio ambiente vêm desde a época da redemocratização do Brasil. Como primeiro presidente pós ditadura, José Sarney criou, em 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de dar início às demarcações de áreas de proteção ambiental, conservando um total de 14.469.623,14 de hectares de florestas. Fernando Collor de Mello organizou a Rio-92, e no governo de Itamar Franco criou-se o Ministério do Meio Ambiente em novembro de 1992, com o objetivo de promover, recuperar e valorizar os recursos naturais do país. O governo de Fernando Henrique Cardoso elegeu como ministro José Sarney Filho, importante figura na política do meio ambiente brasileiro, responsável por traçar as diretrizes da Política Ambiental do país durante a Constituinte de 1988 (no governo de seu pai), além de também ampliar as áreas de conservação. Luiz Inácio Lula da Silva foi o

presidente que mais demarcou áreas, somando um total de 26.828.924,53 de hectares conservados. No início de sua gestão, em 2003, as taxas de desmatamento da Amazônia eram altíssimas.

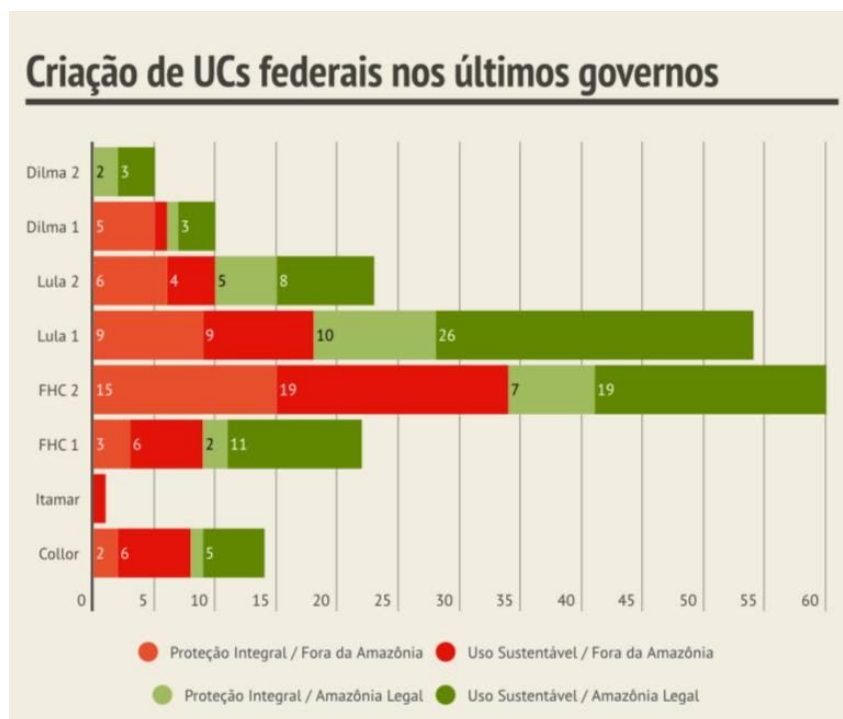
Até então, o problema do desmatamento da Amazônia era exclusivamente de responsabilidade do MMA. A estratégia era posicionar o ministério quanto à questão, mostrando-a como um problema crônico que exigia uma estratégia diferente das adotadas até então. Propôs-se que o presidente assumisse um Projeto Transversal do Governo, incluindo os principais ministérios envolvidos com a Amazônia, com ações voltadas em conjunto para alcançar governança na região, com o objetivo principal de reduzir o desmatamento e desenvolver políticas de uso sustentável da biodiversidade. [...] foram convocados os 13 ministros com algum envolvimento institucional relacionado ao desmatamento da Amazônia para que definissem ações conjuntas na região, sem que isso gerasse um choque de interesses entre as áreas (KAGEYAMA; SANTOS, 2012, p. 186).

Como resultado dessa ação, houve uma queda de 31% no desmatamento no período de um ano (2004). “Essas ações transversais vieram para ficar: de 2003 até 2010, a redução foi de 77%, já que a última estimativa de 2010 fora de 600 mil hectares” (Ibidem). A primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff, não apresentou grandes desenvolvimentos na área ambiental, criando menos da metade de Unidades de Conservação (UCs) que seu companheiro de partido Lula. Mas foi em seu governo que o Brasil recebeu reconhecimento mundial no relatório “Histórias de Sucesso no Âmbito do Desmatamento” (2014), produzido pela *Union of Concerned Scientists* e apresentado na reunião da ONU sobre mudanças climáticas, destacando-se como o país que mais reduziu o desmatamento e as emissões de gases que causam aquecimento global no início do século.

Ressaltam ainda que, a partir de meados dos anos 2000, as emissões resultantes de desmatamento no Brasil caíram em mais de dois terços, neutralizando aumentos em outros setores e resultando em uma tendência geral de queda. O relatório observa que, após atingir seu ponto alto entre 2004 e 2005, impulsionado pela expansão da produção de soja e carne, o desmatamento na Amazônia começou a cair, mesmo diante do aumento dos preços internacionais das commodities – prova de que “um setor agrícola forte e moderno pode crescer ao mesmo tempo que a paisagem se torna mais florestada” (CORRÊA, 2014)³¹.

³¹ CORRÊA, Alessandra. **Brasil é exemplo de sucesso na redução do desmatamento, diz relatório**. In: BBC News. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/14_0604_desmatamento_relatorio_ac_hb>. Acesso em 23 nov. 2020.

Figura 3 — Criação de UCs federais nos governos de Dilma e anteriores.



Fonte: FUTADA, Sílvia; SPINDEL, Marina (2016).

O maior legado de Michel Temer para a área ambiental foi voltar os olhares para o oceano. O Brasil tinha cerca de 1,5% do território marítimo protegido, comparado aos 13% dos terrestres. Ao deixar o governo, Temer deixou 25% de mar territorial transformado em Unidades de Conservação.

Com a entrada do Governo do presidente Jair Bolsonaro e a colocação de Ricardo Salles como Ministro do Meio Ambiente, foi possível observar, até o momento, um claro desmonte das pautas ambientais pelo governo federal, com ações e discursos contrários ao que se viu nas antigas gestões. O ano de 2020 já teve recorde no número de queimadas no estado do Amazonas, superando 2005 e tornando-se então o maior da história, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)³². Os dados, que são coletados desde 1988, registraram 166.606 focos de incêndio até o mês de outubro deste ano³³. Só no mês de abril,

³² Cf. CASTRO, Mateus; G1 AM. **Queimadas no Amazonas em 2020 registram maior número da história**. In: G1. 11 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/10/11/queimadas-no-amazonas-em-2020-superam-recorde-de-2005-e-registram-maior-numero-da-historia.g1.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

³³ Cf. TERRABRASILIS. **Análise** - Focos de Queimada x Desmatamento (Bioma Amazônia). Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/fires/legal/amazon/aggregated/>. Acesso em: 23 out. 2020.

uma área equivalente a cidade de Porto Alegre foi desmatada na Amazônia. Comparado ao mesmo período do ano anterior, esse dado equivale a um crescimento de 171%. Enquanto isso, Jair Bolsonaro posiciona-se repetidamente contra a ciência e fatos concretos, declarando à imprensa frases contra seus próprios órgãos oficiais — como por exemplo, em 19 de julho de 2019, quando declarou em encontro com jornalistas estrangeiros que ele tinha convicção que os dados apresentados pelo INPE eram “mentirosos”, em um momento que o sistema do Instituto, o DETER, mostrava números crescentes de alerta de focos de desmatamento em tempo real. Neste período a comparação de junho de 2018 e junho de 2019, exibiu um aumento de 190%, com 488,4 km² e 932,1 km² perdidos, respectivamente³⁴. O INPE afirmou em nota que não responderia as declarações do presidente, mas que adota uma política de transparência nos dados desde 2004, permitindo “o acesso completo a todos os dados gerados pelos sistemas de monitoramento, possibilitando avaliações independentes pela comunidade usuária, incluindo o governo em suas várias instâncias, a academia e a sociedade como um todo”³⁵. Logo após o episódio, Ricardo Galvão, então presidente do INPE, foi exonerado do cargo, chamando atenção internacional. Em dezembro de 2019, Galvão foi escolhido pela *Nature*, revista científica de referência no mundo, como uma das dez pessoas mais importantes para a ciência no ano, ao lado de Greta Thunberg, por “defender a ciência” e “desafiar o governo do Brasil” (TOLLEFSON, 2019, p. 362, tradução nossa).

Propostas como o Projeto de Lei 191/2020³⁶ para regulamentar a exploração de atividades econômicas em terras indígenas (incluindo mineração, garimpo, extração de petróleo e gás, geração de energia elétrica e agropecuária) é uma outra das muitas ações do Governo Federal que deixa claro o caminho de desmantelamento das políticas públicas ambientais e o desmonte dos instrumentos

³⁴ Cf. GIRARDI, Giovana. **Bolsonaro acusa Inpe de divulgar dados mentirosos sobre desmatamento**. In: ESTADÃO. 19 jul. 2019. Disponível em: <sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-inpe-de-divulgar-dados-mentirosos-sobre-desmatamento,70002929326>. Acesso em: 19 nov. 2020.

³⁵ INPE. **INPE esclarece sobre sistemas de monitoramento**. 17 jan. 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5002>. Acesso em: 1 nov. 2020.

³⁶ Cf. PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Mineração em terras indígenas: a proposta do governo Bolsonaro em 10 perguntas e respostas**. In: ((O))ECO. 9 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/mineracao-em-terras-indigenas-a-proposta-do-governo-bolsonaro-em-10-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

de fiscalização como o Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A aproximação de Bolsonaro com a Bancada Agropecuária também é algo que direciona a gestão de ações ambientais, e esta não é uma relação atual. Logo quando eleito em 2018, em período de transição de governo, o presidente sinalizou extinguir o Ministério do Meio Ambiente e transferir suas funções para o Ministério da Agricultura³⁷, mas voltou atrás após ser duramente criticado por ambientalistas, além do medo de passar uma imagem de que seu governo não priorizava a preservação ambiental. Porém, o que se viu ao longo dos quase dois anos de administração foi exatamente isto: o discurso do executivo indo na direção oposta aos dados de gastos, do crescimento das queimadas na região e do impacto das leis aprovadas no território indígena.

Em nota técnica publicada pelo o Observatório do Clima em setembro de 2020, a especialista em Políticas Públicas e ex-presidenta do Ibama, Suely Araújo, pontua o fato preocupante da pasta ter aplicado entre janeiro e agosto desse mesmo anos apenas 0,4% do orçamento disponível para ações diretas, ou seja, aquelas planejadas e regidas apenas pelo Ministério do Meio Ambiente, excluindo órgãos secundário como o Ibama e o ICMBio. A nota evidencia que

A CGU [Controladoria Geral da União] explica que não foi possível avaliar se os resultados apresentados pelo MMA em seu Relatório de Gestão foram satisfatórios e consistentes, porque não havia um instrumento de planejamento para 2019. O MMA abandonou o Planejamento Estratégico 2014-2022 e também o Plano Plurianual para 2016- 2019 e, portanto, trabalhou durante o ano sem ter como guia objetivos, metas e iniciativas estratégicas formalmente explicitados. Esse fato, por si só, evidencia problema administrativo sério. Os instrumentos de planejamento governamental em geral perpassam mais de uma gestão, entre outros motivos, para não se gerar imobilidade no primeiro ano de governo. O governo Bolsonaro e, com destaque, o Ministro Ricardo Salles, adotaram a ruptura como primeiro movimento nas políticas públicas, sem ter propostas alternativas previamente estabelecidas para substituir o que vinha sendo realizado pelos governos anteriores (ARAÚJO, 2020, p. 1-2).

³⁷ Cf. BRAGANÇA, Daniele. **Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente**. In: ((O))ECO, 1 out. 2018. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-defende-o-fim-do-ministerio-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Figura 4 — Execução orçamentária por programa temático de 2016 a 2019.

Programa Temático	Ano	Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago	Executado (B)/(A)	Executado (C)/(A)
2050 - Mudança do Clima	2016	22.440.989,00	8.774.009,00	7.188.898,00	7.188.898,00	39%	32%
	2017	16.059.099,00	7.458.921,00	4.363.693,00	4.358.383,00	46%	27%
	2018	8.098.310,00	7.609.953,00	2.118.806,00	2.119.806,00	94%	26%
	2019	10.311.528,00	2.588.621,00	1.293.899,00	1.293.899,00	25%	13%
2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2016	114.554.853,00	77.574.495,00	74.637.171,00	74.637.171,00	68%	65%
	2017	74.809.456,00	65.478.294,00	63.079.849,00	63.047.404,00	88%	84%
	2018	5.606.416,00	4.351.640,00	1.664.595,00	1.664.595,00	78%	30%
	2019	3.214.860,00	2.005.553,00	435.785,00	435.546,00	62%	14%
2083 - Qualidade Ambiental	2016	38.653.611,00	5.041.041,00	519.718,00	519.718,00	13%	1%
	2017	44.718.940,00	26.340.716,00	1.513.849,00	1.513.849,00	59%	3%
	2018	4.393.134,00	3.450.314,00	246.296,00	246.296,00	79%	6%
	2019	6.596.706,00	6.357.479,00	391.736,00	334.800,00	96%	6%

Fonte: Adaptado de Araújo (2020).

A inação do governo torna ainda mais difícil solucionar um problema que pode ser considerado um dos maiores desafios da população mundial: o desmatamento. Em 1975, apenas 1% da Amazônia tinha sido desmatada; agora o índice está em torno de 20%. A destruição das matas nativas provoca todo tipo de problemas ecológicos: desde pandemias até extinção de espécies. A principal causa do aquecimento global são as emissões de gases de efeito estufa e, no Brasil, a maior fonte de emissões desses gases é o desmatamento provocado pela atividade ilegal da agropecuária que destrói florestas, ficando atrás apenas da queima de combustíveis fósseis. Em sua normalidade, as florestas têm uma grande capacidade de reter e armazenar carbono. Em entrevista ao podcast “O Tempo Virou”³⁸, Ricardo Abramovay³⁹ disse que há um debate sobre qual o ponto, se atingido, que a floresta passará por um processo de savanização, deixando de oferecer os serviços ecossistêmicos que hoje oferece. Os cientistas dizem que 40% é o número, porém, caso a destruição da floresta chegue em 25%, a aceleração desse processo de tornar a floresta tropical em cerrado será muito mais rápida.

³⁸ NADER, Giovana. **#9 A economia do desmatamento zero** - com Ricardo Abramovay. 36 min. 26 mai. 2020. Podcast O Tempo Virou. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4Nxsof7XPmIUWko4kSEdY?si=b4TUmfUQZS3bnATXvHzgw>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

³⁹ Economista e professor sênior do programa de ciência ambiental da USP. Autor do livro “Amazônia — por uma Economia do Conhecimento da Natureza”.

Figura 5 — Incrementos de desmatamento - Amazônia Legal - Estados.



Fonte: TerraBrasilis. Gráfico atualizado em 8 jun. 2020.

Os dados comprovando o crescente desmatamento em uma das florestas mais importantes do mundo vêm chamando a atenção de outros países, grandes corporações, ONGs e da própria sociedade civil. Ricardo Galvão disse em entrevista para ao O Globo⁴⁰ que a negação do governo frente aos dados científicos tem seu lado negativo pelo descumprimento das obrigações de preservação e a negação da ciência, mas por outro lado existe uma parte positiva: “A reação não só da sociedade brasileira, mas de toda a comunidade internacional, foi enorme. A preservação da Amazônia atraiu interesse do mundo todo e colocou o governo brasileiro em uma posição extremamente constrangedora”.

Nesse cenário, a imprensa apresenta-se como fonte central de informação real do cotidiano, tendo como base os dados científicos. Um fato interessante de ser pontuado, levantado pela Professora Cremilda Medina (ECA-USP) no já referido debate virtual do USP *Talks* (2020) sobre o papel do jornalismo na democracia, é que o jornalismo, independentemente da época histórica e dos meios em que se apresenta, sempre realizará a função de quarto poder dentro de uma democracia, fiscalizando e acompanhando os outros poderes, em um papel de permanente responsabilidade social. Ela acrescenta que

⁴⁰ ELLER, Johana. **Ex-presidente do Inpe Ricardo Galvão é escolhido um dos dez cientistas do ano pela 'Nature'**. In: O Globo. 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ex-presidente-do-inpe-ricardo-galvao-escolhido-um-dos-dez-cientistas-do-ano-pela-nature-24136053>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Isso não seria interferência nos processos democráticos, mas pelo contrário, afirmação do processo democrático se o jornalista, e o jornalismo que ele pratica, faz a ponte com a sociedade, faz a mediação com a sociedade. Ele circulando na sociedade colhe, na pluralidade da sociedade, as suas questões para enfrentar qualquer outro autoritarismo de um dos três poderes da democracia do Estado de direito. A mediação social é justamente essa de levar as demandas da sociedade para os três poderes e ficar atento se essas demandas são ou não desvirtuadas (MEDINA, 2020, 44 min 21 s).

No dia 22 de abril de 2020, na reunião ministerial no Palácio do Planalto, Ricardo Salles disse que o governo deveria aproveitar o fato de toda a população estar em casa (isolamento social em consequência da pandemia do COVID-19) para "passar a boiada"⁴¹, referindo-se às ações de mudança de atos e normas relacionados ao meio ambiente. Frente a isso e dadas as frequentes ações do Ministério do Meio Ambiente contra a própria natureza do país, o Ministério Público Federal (MPF) acusou o Ministro de improbidade administrativa, pelo o que consideram "desestruturação dolosa das estruturas de proteção ao meio ambiente"⁴². O que esses dois fatos têm em comum é que ambos foram cobertos pela imprensa, inclusive em noticiário internacional, abrindo ainda mais os questionamentos sobre a verdadeira intenção dessas ações, que contradizem o discurso de ambos (presidente e ministro) em eventos internacionais.

Desde o começo de sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro não mantém uma boa relação com a imprensa⁴³. Utilizando-se das redes sociais para falar diretamente com seus apoiadores, ele deixa de lado a necessidade do intermédio dos meios de comunicação que, por muitas vezes, criticam seus discursos, e fala diretamente com sua "bolha" — aqueles que compartilham das mesmas crenças do presidente. Parte desse posicionamento vem do fato dele ter o papel de representante da direita conservadora do país. É em plataformas como o Twitter e o

⁴¹ Cf. G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19.** 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regras-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

⁴² Cf. VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. **Ministério Público Federal pede afastamento do cargo do ministro Ricardo Salles.** In: G1. 6 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/06/ministerio-publico-federal-pede-afastamento-do-cargo-do-ministro-ricardo-salles.ghtml>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

⁴³ Cf. **9 ataques de Bolsonaro a jornalistas — e quais os temas que levaram presidente a perder a linha.** In: BBC News. 5 mai. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acesso em: 18 nov. 2020.

WhatsApp que ele propaga seus ideais, criando uma unidade de pensamento, circulando suas opiniões (muitas vezes negacionistas, xenofóbicas e machistas) sob a chancela da liberdade de expressão, dialogando com seu público e sendo apoiado pelos algoritmos das redes.

Controversamente, ao estar em um espaço que se pode falar de tudo, Bolsonaro desacredita e diminui constantemente a imprensa, fazendo com que seus apoiadores ataquem fortemente jornalistas⁴⁴ e veículos, suprimindo a liberdade de imprensa. Segundo o Repórteres Sem Fronteira, o clima de ódio e suspeita alimentados por Jair Bolsonaro é um dos motivos pelo qual o Brasil caiu cinco posições no ranking de liberdade de imprensa desde o início de seu mandato em 2019, de acordo com o World Press Freedom Index 2020⁴⁵, estando hoje na 107ª posição de 180 países listados. Ao mesmo tempo, é possível observar uma preferência por parte da sociedade, em utilizar os veículos tradicionais de comunicação como fonte principal de informação, depois do aumento de casos de fake news nas redes sociais. Segundo pesquisa realizada pela Datafolha (2020)⁴⁶, para buscar informações sobre a crise do COVID-19 e dados do Brasil e do mundo, as pessoas dizem confiar mais nos jornais e TV, através dos noticiários.

Portanto, reconhecendo seu papel, a imprensa continua fazendo a inspeção do espaço público, colocando em pauta aquilo que mexe com a vida social, sendo as decisões ambientais do Governo brasileiro um dos pontos vitais para a manutenção da fauna e da flora do país e das mudanças climáticas do planeta como um todo. Apesar dos ataques constantes do presidente à imprensa nacional⁴⁷, revistas e jornais internacionais importantes cobrem constantemente as ações de Ricardo Salles e Jair Bolsonaro.

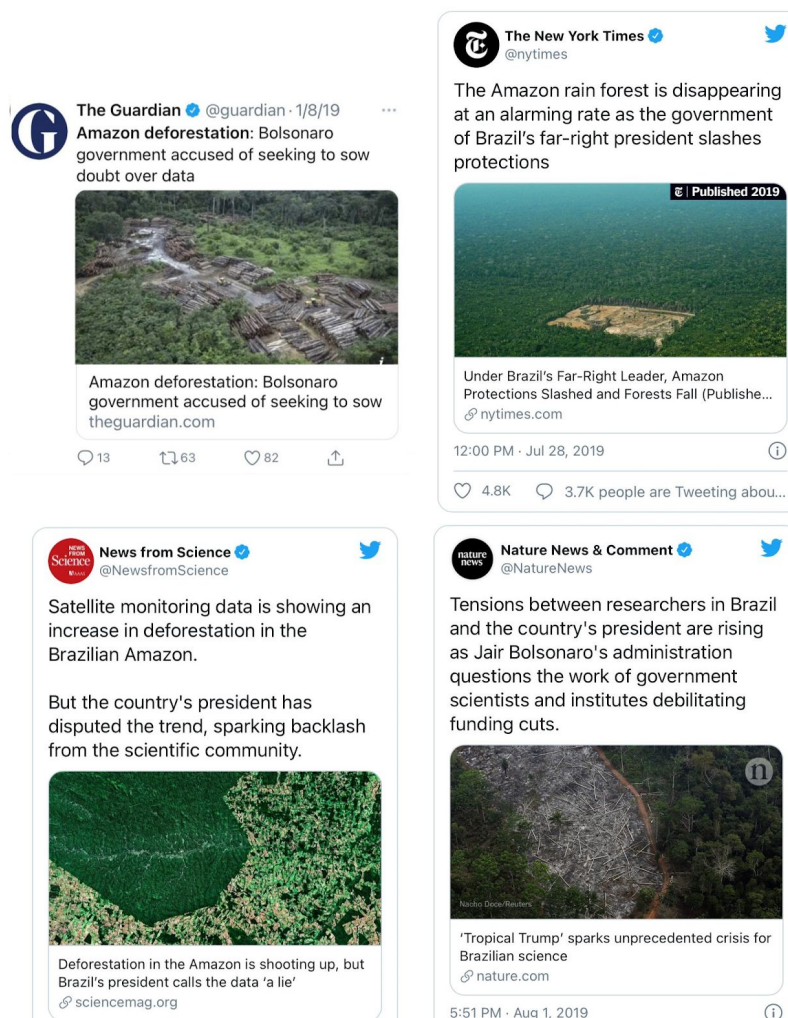
⁴⁴ Cf. MILZ, Thomas. **A tensa relação entre governo Bolsonaro e imprensa**. In: DW. 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3Egph>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

⁴⁵ Cf. REPÓRTERES SEM FRONTEIRA. **Brazil**. In: RSF. Disponível em: <<https://rsf.org/en/brazil>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

⁴⁶ DATAFOLHA. **78% se consideram bem informados sobre coronavírus**. 10 abr. 2020. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

⁴⁷ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Perfil de Folha de São Paulo no Twitter. Publicado em 5.05.2020. Disponível em: <<https://twitter.com/folha/status/1257792871966674945?s=21>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

Figura 6 — Matérias de veículos internacionais relevantes sobre a floresta Amazônica e o presidente do Brasil.



Fonte: Perfis do Twitter, adaptado pela autora (2020).

Um exemplo é a matéria de capa de agosto de 2019 da revista inglesa *The Economist*⁴⁸, considerada um dos veículos jornalísticos mais importantes do mundo, sobre economia e cenário internacional, com o título “Velório para a Amazônia - a ameaça do desmatamento descontrolado” (tradução nossa). Nela, o editorial exalta a importância da floresta para o Brasil e para a América do Sul e como o presidente Jair Bolsonaro é “sem dúvida, o chefe de Estado mais perigoso em termos ambientais do mundo”. O texto aponta que o Governo vem facilitando o desmatamento e, assim, acelerando o processo mundial de mudanças climáticas.

⁴⁸ THE ECONOMIST. *Deathwatch for the Amazon*. 1 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2019/08/01/deathwatch-for-the-amazon>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

Ainda reivindica-se reação de empresas e líderes frente ao que está acontecendo na região.

Por todas essas razões, o mundo deveria deixar claro para Bolsonaro que não tolerará seu vandalismo. As empresas alimentícias, pressionadas pelos consumidores, deveriam rejeitar a soja e a carne bovina produzidas em terras ilegalmente exploradas na Amazônia, como fizeram em meados dos anos 2000. Os parceiros comerciais do Brasil devem fazer negócios condicionados ao seu bom comportamento. O acordo alcançado em junho entre a UE e o Mercosul, bloco comercial sul-americano do qual o Brasil é o maior membro, já inclui cláusulas para proteger a floresta tropical. É do maior interesse das partes aplicá-los. O mesmo ocorre com a China, que está preocupada com o aquecimento global e precisa da agricultura brasileira para alimentar seu gado. Ricos signatários do acordo de Paris, que se comprometeram a pagar aos desenvolvedores para plantar árvores consumidoras de carbono, deveriam fazê-lo. O desmatamento é responsável por 8% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas atrai apenas 3% da ajuda destinada ao combate às mudanças climáticas (THE ECONOMIST, 2019, tradução nossa).

Figura 7 — Matéria de capa aponta perigo iminente da Amazônia sob o governo Bolsonaro



Fonte: The Economist (2019).

7 REPUTAÇÃO E IMAGEM: AS CONSEQUÊNCIAS PARA BOLSONARO

Em um país democrático, a liberdade de expressão e de imprensa são fundamentais para a construção analítica da vida em sociedade. Castells diz que

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação (CASTELLS, 2005, p. 24).

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (2003) concorda com essa ideia defendendo que a integração de uma sociedade depende da utilização da esfera pública, podendo despertar a mudança do sistema político de acordo com o que a sociedade civil reivindica. O meio que possibilita o entendimento entre os indivíduos é uma linguagem comum presente no ser político-racional que tem “capacidade de pensar - por intermédio de signos - e de enunciar. Esses signos permitem a comunicação. Com seus emissores ativos produzindo discursos. E seus receptores ativos interpretando, reconstruindo, relacionando, conectando” (BARROS; PERES-NETO, 2019, p. 152).

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2003, p. 86).

A esfera pública não tem limites e nem uma estrutura que estabeleça funções concretas. Flexível, descentralizada e global, as redes dos meios de comunicação oferecem hoje o principal espaço público de diálogo entre os diversos atores (sociedade, Estado e o capital - organizações privadas). “As mídias democratizadas devem ser vistas como um instrumento indispensável e insubstituível para viabilizar uma esfera pública democrática, ampla e de massas” (SANTOS, 2012, p. 6). Ou

seja, podemos posicionar os veículos jornalísticos como iniciadores dos espaços de diálogo e debate, tendo como ferramenta as plataformas digitais, em que futuramente se construirá a opinião. Mas deve-se pontuar que “se tratando de Opinião Pública, nem sempre a sua construção se dá de forma plena, com a possibilidade de cidadãos que tenham ampla capacidade de acesso à informação e liberdade para a crítica” (FARIAS, 2019, p. 19). Outro importante fato: “Os discursos que circulam na esfera pública política influenciam e são influenciados pela mídia. Esses mesmos discursos influenciam e são influenciados pelo sistema político, por meio da mídia” (SANTOS, 2012, p. 10).

A esfera midiática oferece plataformas de obtenção de informação confiável (quando obtida de fontes oficiais ou veículos jornalísticos compromissados com os fatos) que, apesar das mudanças para o virtual, ainda mantém seu propósito inicial.

Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003, p. 86).

A construção de uma política internacional diplomática e econômica, leva em consideração fatos e dados, a opinião pública e a reputação. Neste cenário a credibilidade da informação é de extrema importância já que a mídia tem influência sobre a esfera pública, que futuramente atuará formando a reputação, moldando a tomada de decisão de um país sobre o fechamento de um acordo com outro, por exemplo.

Figura 8 — Vetores que influenciam na tomada de decisão da política.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O papel da comunicação é administrar os vetores que intervêm na edificação dos processos que levam a construção da reputação. “A opinião sobre uma pessoa ou um coletivo delas também é assim. Um ponto. Um vetor, para quem olha de fora” (BARROS; PERES-NETO, 2019, p. 146), sendo a reputação uma somatória instantânea e provisória de vetores mutantes (Ibidem, p. 147). Assim como uma organização, um Estado também deve se preocupar em trabalhar sua reputação a fim de manter bons relacionamentos com seus stakeholders (outros países, investidores, sociedade e instituições)

A norma de gestão global deve ser incorporada pelo discurso das organizações contemporâneas (principalmente a grande organização em processo de globalização), pois essas necessitam de confiança e credibilidade para garantir o valor de seu capital, volátil e dependente das variações do mercado financeiro global e estão em processos de transição - são dependentes da reputação como um ativo legitimador e comprovador de performance futura e segura (OSHIRO, 2014 p. 22).

A partir dos fatos apresentados sobre a importância do discurso, da opinião, da gestão de um bom contato com a imprensa, da crescente relevância da sustentabilidade para o mundo, espera-se que um Estado alcance bons resultados financeiros, sociais e ambientais frente suas políticas internas e externas quando trabalha-se bem esses pontos. Sabe-se, a partir de dados oficiais já expostos, que as altas taxas de desmatamento da floresta Amazônica são resultantes das políticas públicas pouco sustentáveis que o presidente Jair Bolsonaro e seu Governo têm adotado ao longo de dois anos na gestão do país, indo no caminho contrário do que o Brasil apresentava ao mundo no quesito ambiental até então.

Figura 9 — Manchete imprensa brasileira.



Fonte: UOL (2020).

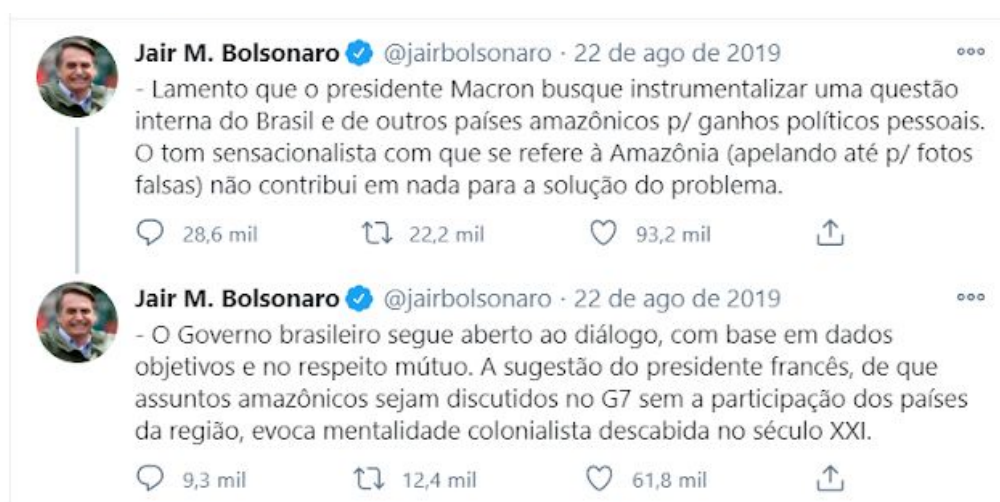
As ações do Ministério do Meio Ambiente somadas aos discursos (signos) dos dois principais protagonistas (presidente e o ministro da pasta) repleto de vagas associações com a verdade, teorias da conspiração, negacionismo sobre as mudanças climáticas, gera uma imagem, ou seja, aquilo “que pensam os públicos externos” (PRADO, 2017, p. 56), ruim para a política brasileira, suportada pela imprensa e difundida mundialmente. Em entrevista com Pedro Bial, em novembro de 2020, o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama discorreu sobre a reputação do Brasil e como deixou de ser um líder na luta climática, dizendo que

Não conheço o presidente do Brasil. Eu já tinha saído quando ele assumiu o cargo. Então não quero dar uma opinião sobre alguém que eu não conheci. Posso dizer que, com base no que vi, as políticas dele, assim como as do Donald Trump, parecem ter minimizado a ciência da mudança climática. E o Brasil é obviamente um ator central na ação de poder ou não frear os aumentos de temperatura que podem causar uma catástrofe global. [...] Acho que o Brasil no passado foi líder em relação a isso e seria uma pena se deixasse de ser um líder. (CONVERSA COM BIAL, 2020).

Da mesma forma que Obama tem conhecimento do que acontece nas florestas do Brasil e da reputação da gestão política atual, outros importantes líderes

também o fazem. Nomes como o do ator Leonardo DiCaprio (2020) e do presidente francês Emmanuel Macron (2019) são alguns dos que já pressionaram o presidente e foram respondidos com falas infundadas e sem provas. Bolsonaro, em transmissão ao vivo em rede social, acusou DiCaprio de doar dinheiro dinheiro à ONGs que promovem queimadas na região: “Dicaprio, você está colaborando com as queimadas da Amazônia, assim não dá, né?”⁴⁹. Macron, que convocou o G-7 para discutir sobre o tema no encontro de 2019, foi rebatido pelo presidente via Twitter.

Figura 10 — Bolsonaro responde Emmanuel Macron.



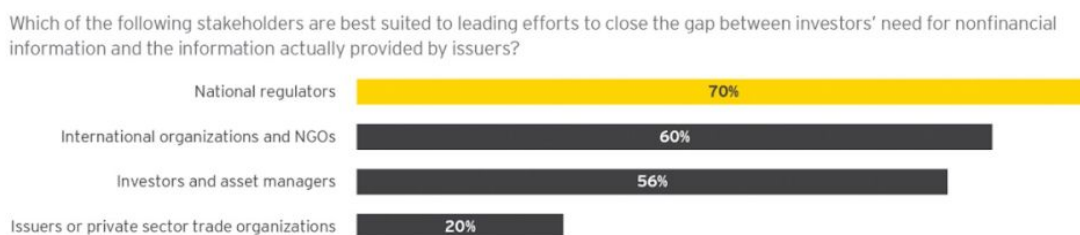
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter, publicado em 22.08.2019.

Essa falta de tato político desestabiliza ainda mais a imagem do país no exterior, segundo o Observatório do Clima (OC), que reúne 26 entidades ambientais do Brasil. A atual postura do governo ameaça a entrada do país na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dificulta a ratificação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, afirma que a atuação pode atrapalhar negócios e, em sequência, atingir todos os setores da economia e a população.

⁴⁹ Cf. TUCHLINSKI, Camila. **Leonardo DiCaprio critica Bolsonaro e divulga texto sobre preocupação com queimadas na Amazônia**. In: O Estado de S.Paulo. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39esEZt>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Uma pesquisa realizada pela EY, em 2018, com investidores de relevância, a Global Climate Change and Sustainability Services, revelou que as informações de ESG são fundamentais para a tomada de decisões sobre investimento nos dias de hoje. O estudo mostra que existe uma convicção, por parte dos investidores, de que os esforços de regulamentação devem ser liderados pelo Estado.

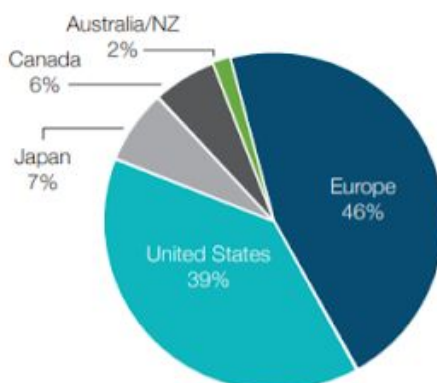
Figura 11 — Investidores procuram reguladores nacionais para trazer ordem e disciplina às divulgações não financeiras da empresa.



Fonte: EY (2018).

Dos mais de US\$30 trilhões de ativos gerenciados por fundos que definem estratégias sustentáveis, mais de US\$14 trilhões estão na Europa, mostrando o quão importante as práticas de ESG são para o continente, motivando assim os investimentos de seus países.

Figura 12 — Proporção de AuM [Assets Under Management] sustentáveis global por região (2018).



Fonte: Global Sustainable Investment Alliance (2018, p. 11).

Sendo assim, o posicionamento do Governo brasileiro é bastante criticado por líderes e companhias mundiais, em especial na Europa. Por parte do mercado, após um mês de crescente nos dados de desmatamento nas florestas do país, em junho de 2020, um grupo de investidores que administram cerca de US\$ 3,7 trilhões enviaram, liderados por um fundo Norueguês, uma carta aberta às embaixadas brasileiras em oito países (Estados Unidos, Japão, Noruega, Suécia, Dinamarca, Reino Unido, França e Holanda) posicionando preocupação frente a situação ambiental e se posicionaram abertos a discutir com as autoridades brasileiras as decisões do governo em aprovar propostas que possibilitem o afrouxamento de regras que protegem a Amazônia e outros biomas do país, e sinalizaram reconsiderar seus investimentos⁵⁰. O discurso do Ministro Ricardo Salles em abril deste ano foi citado na carta.

No nível político, em 2019 a Noruega e a Alemanha suspenderam repasses de verbas para o fundo da Amazônia, cerca de R\$300 milhões. Também em 2019 a União Européia e o Mercosul fecharam o maior acordo entre blocos do mundo, porém desde então diversos países do continente europeu têm agido negativamente, propondo sanções comerciais ao Brasil em caso de descumprimento de compromissos ambientais, dificultando as relações comerciais para que, quando fechado totalmente o acordo, os casos de agricultura e pecuária ilegal do país não cresça em áreas protegidas, como acontece desde o início do Governo Bolsonaro.

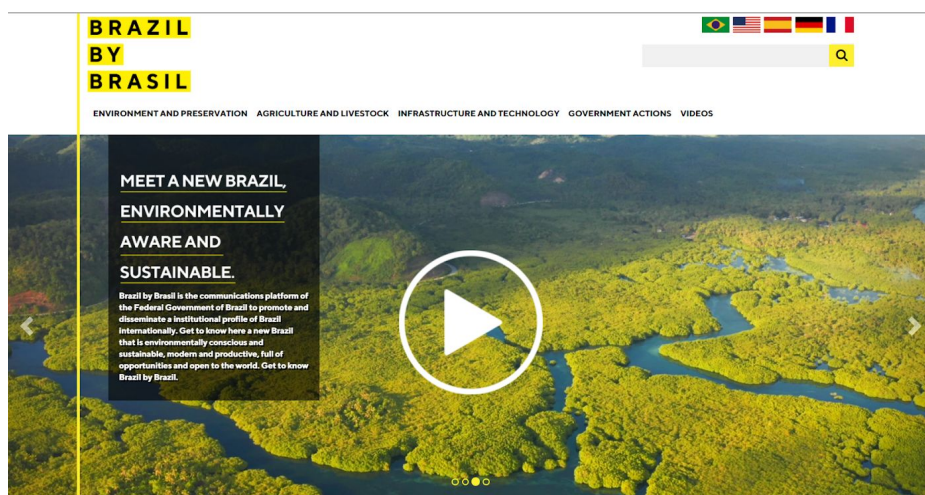
Das ações concretas de parceiros exteriores, no começo de novembro de 2020, o Reino Unido tornou ilegal a compra de commodities oriundas de regiões afetadas pelo desmatamento, com o objetivo de proteger as florestas tropicais, podendo prejudicar a vendas de soja e carne do mercado brasileiro. Ainda na Europa, a Noruega divulgou o financiamento de um conjunto de dados de satélite exclusivo, oferecendo imagens de alta resolução para ONGs, governos e organizações, gratuitamente, como objetivo prevenir e/ou agir em caso de focos de incêndios ou desmatamento nas florestas tropicais de 64 países, incluindo o Brasil⁵¹.

⁵⁰ Cf. BLOOMBERG. **Fundos com US\$ 3,7 trilhões alertam Brasil sobre desmatamento**. In: INFOMONEY. 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2J8Uprz>>. Acesso em: 23 nov. 2020

⁵¹ Cf. AMOS, Jonathan. **Noruega financia mapeamento de florestas tropicais por satélite em esforço contra desmatamento**. In: BBC News Brasil. 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54722145>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

Frente a atual conjuntura e a compreensão do cenário internacional negativo, como medida paliativa, em 2019 o governo investiu em criar uma comunicação voltada ao público estrangeiro, tentando desvincular-se mais uma vez da imprensa, divulgando suas próprias notícias e informações sobre as principais pautas que geram má reputação ao país. “Será uma campanha permanente, sem data pra acabar. Nossos leads serão meio ambiente e agronegócio. Mapeamos notícias negativas sobre o Brasil no mundo todo, inclusive em redes sociais, continuaremos a monitorar este noticiário que não corresponde à realidade e vamos combatê-lo diretamente”⁵², disse o secretário de Publicidade do governo, Glen Valente, ao detalhar as estratégias da ação “Brazil by Brasil”. A página de internet e as produções publicitárias têm como foco a divulgação de informação via redes sociais (plataforma mais utilizada pelo governo federal), seguindo da televisão e rádios nos Estados Unidos e em países Europeus. A capa do site introduz-se como uma “plataforma de comunicação do Governo Federal do Brasil para divulgar e promover a imagem institucional do Brasil no exterior. Conheça aqui um novo Brasil, consciente e sustentável, moderno e produtivo, cheio de oportunidades e aberto para o mundo. Conheça o Brasil pelo Brasil”.

Figura 13 — Página inicial do site “*Brazil by Brasil*”.



Fonte: Brazil by Brasil (2020).

⁵² AGÊNCIA SENADO. **Governo anuncia campanha mundial de publicidade para reverter má imagem.** In: SENADO Notícias. 11 set. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2J7uYqn>>. Acessado em: 24 nov. 2020.

O pesquisador Carlos Rittl, ambientalista e ex-secretário-executivo do Observatório do Clima, afirmou em entrevista que “não é o marketing que vai conseguir mascarar o que os satélites mostram” e ainda acrescentou que “Ainda assim, o governo ainda insiste que o esforço de comunicação é mais importante que o combate ao crime e ao desmatamento e à violência contra os povos indígenas. Isso não vai gerar resultados”⁵³.

⁵³ SHALDERS, André. **Investidores estrangeiros não vão ser convencidos só por retórica ambiental do governo, diz pesquisador**. In: BBC News Brasil. 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53358810>>. Acessado em: 24 nov. 2020.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender a reputação do Governo brasileiro a partir de sua gestão ambiental sob a visão da imprensa. A delimitação do objeto de estudo foi a atual gestão do presidente Jair Bolsonaro desde o início de seu mandato, ou seja, os anos de 2019 e 2020, frente às temáticas da Amazônia no que diz respeito às políticas públicas implementadas e quais os resultados gerados e sua repercussão internacional. Para isso foi necessário o estudo de uma ampla bibliografia, sendo uma mescla de revisão de literatura com análise de conteúdos jornalísticos e reportagens.

Esta monografia partiu do pressuposto que a reputação do atual governo nos quesitos ambientais estaria trazendo boa visibilidade ao Brasil, reverberando bons relacionamentos com stakeholders e proporcionando resultados econômicos positivos. Porém, ao longo do texto descobriu-se que apesar dos esforços de comunicação do governo, criando um discurso de combate ao desmatamento e preservação ambiental, a ciência e os fatos mostram o contrário. Logo, a negação de dados concretos impossibilita o governo de gerar aproximação com outros líderes, afastando parcerias e investimentos, refutando, dessa forma, a hipótese.

Do processo de construção, apresentaram-se conceitos teóricos importantes para o desenvolvimento da análise em si, com diferentes visões sobre o que é política, reputação e sustentabilidade. Foi possível verificar que, nos dias de hoje, esses três termos estão intimamente ligados. Como a política é a organização de um espaço social objetivado ao bem comum e a permanência do homem no planeta é condicionada ao êxito do meio ambiente, é necessário buscar um tipo de desenvolvimento que preserve o planeta para as gerações presentes e futuras. Apenas com a integração dos múltiplos atores (Estado, sociedade e organizações) será possível estruturar esse espaço de forma efetiva. No contexto atual do mundo globalizado, a ausência de fronteiras geográficas e de tempo permitiu a integração desses agentes, consolidando organizações internacionais, como a ONU e blocos econômicos como o Mercosul e a União Européia. A reputação molda as ações do homem internamente, a partir da ética, e o faz se preocupar com o discurso que deixará ligado ao seu nome perante a sociedade em geral. Dentro de um corpo

político, a reputação determina o sucesso de relações diplomáticas, assim como também do âmbito econômico.

A comunidade internacional está preocupada com a preservação do meio ambiente, pautada na ideia de sustentabilidade. Não é de se espantar que personalidades como Greta Thunberg sejam reconhecidas por seus papéis de destaque tratando da urgência do tema e buscando ações por parte de líderes, promovendo a mudança. Esses ideais podem ser amplamente difundidos graças às tecnologias da informação e da comunicação, dada a atual formatação da sociedade de rede, como estudado nos capítulos seguintes.

O Brasil tem indispensável importância no cenário global devido sua riqueza natural. As políticas públicas de antigas gestões ajudaram o país a se tornar relevante nas discussões internacionais, a partir da Rio-92. Respalhando-se em ações concretas com a criação do Código Florestal e a redução do desmatamento na Amazônia, o país criou certa autoridade para discutir sobre o tema, tornando-se referência ao longo dos últimos anos. A criação de reservas ambientais e indígenas, repressão à grilagem, foram alguns dos atos que trouxeram sucesso ao Brasil no combate contra as ações humanas na flora e fauna brasileiras, gerando boa reputação. O que se constatou é que as ações do governo atual não vão de encontro com o restante da evolução do planeta em um momento que se fala, mais do que nunca, em desenvolvimento sustentável, ESG e as consequências do aquecimento global para a espécie humana.

O mundo acompanha em tempo real o que acontece no Brasil já que, como plataforma, as redes sociais facilitam a difusão das informações, criando um espaço de transmissão da realidade local a nível mundial. A imprensa, ao posicionar fatos e dados, fortalece a opinião pública e, em consequência, afirma uma reputação sobre o governo que, como o próprio luta para se desvincular, sabe-se que é ruim.

Em análise, o capítulo sete, expõe dados revelando a exoneração de investimento internacionais do país, a preocupação econômica com as principais commodities brasileiras e a ruptura de acordos diplomáticos, sendo possível concluir que os fatos científicos têm maior peso no momento de tomada de decisão do que o discurso do governo que, em não prioriza o valor ético da floresta Amazônica, atrapalha o diálogo político e afasta públicos de interesse.

O fomento de políticas públicas ambientais e o bom relacionamento com parceiros internacionais é o que permitirá o desenvolvimento da sociedade sem comprometer o futuro. Buscando um diálogo entre comunicação, política e meio ambiente, este trabalho contribui para o reconhecimento do papel integrativo das relações públicas no cenário atual. Por isso é de extrema importância a afinidade, a presença e o respaldo acadêmico de disciplinas como ciência política e responsabilidade social ao longo da graduação. Logo, os futuros profissionais que desejam trabalhar com comunidades, Estado e instituições privadas no país e no mundo, integrarão, de maneira assertiva, os atores decisivos na construção de um futuro inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua TIC 2018**: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2ILWYzt>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Governo anuncia campanha mundial de publicidade para reverter má imagem**. In: SENADO Notícias. 11 set. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2J7uYqn>>. Acessado em: 24 nov. 2020.

ALGAR TELECOM. **Significado de TICs**: entenda de uma vez por todas. 27 jul. 2018. In: CNX Blog Conexão Algar Telecom. Disponível em: <<https://blog.algartelecom.com.br/inovacao/significado-de-tics-entenda-de-uma-vez-por-todas/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ALLIANCE TO END PLASTIC WASTE. **The Alliance to End Plastic Waste**. Disponível em: <<https://endplasticwaste.org/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Antropoceno**: a Era do colapso ambiental. In: CENTRO de Estudos Estratégicos da Fiocruz. 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>>. Acesso em: 23 out. 2020.

AMOS, Jonathan. **Noruega financia mapeamento de florestas tropicais por satélite em esforço contra desmatamento**. In: BBC News Brasil. 28 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54722145>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ARAIA, Eduardo. **Bem-vindo ao Antropoceno**. In: PLANETA. 1 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.revistaplaneta.com.br/bem-vindo-ao-antropoceno/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

ARAÚJO, Suely. **(IN)Execução dos Recursos Orçamentários do MMA – Administração Direta**. Observatório do Clima. Brasília: 9 set. 2020. p. 23. Disponível em: <<https://bit.ly/3nDeqoX>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?**: Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973. v. IV.

_____. **Política**. 1ª ed. Lebooks, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/35UbQ8f>>. Acesso em: 28 set. 2020.

AVELLAR E DUARTE. **Internet no Brasil 2010 (estatísticas)**. Disponível em: <<https://bit.ly/3pNd4Kr>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BARROS FILHO, Clóvis de; PERES-NETO, Luiz. **Reputação: Um eu fora do meu alcance**. HarperCollins Brasil, 2019.

BBC NEWS BRASIL. **9 ataques de Bolsonaro a jornalistas — e quais os temas que levaram presidente a perder a linha**. 5 mai. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BELLESA, Mauro. **Os critérios para a definição da nova época geológica, o Antropoceno**. In: IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno>>. Acesso em: 27 out. 2020.

BEZERRA, Juliana. **Platão**. In: TODA Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/platao/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

BÍBLIA, A. T. **Provérbios**. In BÍBLIA. Português. A Bíblia Sagrada: Contendo o Velho e o Novo Testamentos. Tradução de Joseph Smith. Salt Lake City: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 2015. p. 1019. Disponível em: <<http://media.ldscdn.org/pdf/lds-scriptures/holy-bible/holy-bible-83800-por.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

BLOOMBERG. **Fundos com US\$ 3,7 trilhões alertam Brasil sobre desmatamento**. In: INFOMONEY. 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2J8Uprz>>. Acesso em: 23 nov. 2020

BOEHM, Camila. **Consumo de recursos naturais superou o que o mundo pode renovar no ano**. In: AGÊNCIA Brasil. 1 ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/35HjCSM>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOLSONARO, Jair. **Perfil de Jair M. Bolsonaro no Twitter**. Publicado em 22.08.2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3o3z2XV>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BOUCHER, Doug et al. **Histórias de sucesso no âmbito do desmatamento: nações tropicais onde as políticas de proteção e reflorestamento deram resultado**. Union of Concerned Scientists, jun. 2014. 56 p. Disponível em: <<http://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2019/09/1569482918-UCS-2014-DeforestationSuccessStories-Portugues-final.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRAGANÇA, Daniele. **Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente**. In: ((O))ECO, 1 out. 2018. Disponível em <<https://bit.ly/3fD9FZY>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRANDÃO, Lucas. **A sociedade da informação em rede aos olhos de Manuel Castells**. In: COMUNIDADE Cultura e Arte. 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.comunidadeculturaearte.com/a-sociedade-da-informacao-em-rede-aos-olhos-de-manuel-castells/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional 2013** – Ano base 2012: Relatório Síntese. Rio de Janeiro: EPE, 2013. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-129/topico-100/Relat%C3%B3rio%20S%C3%ADntese%202013.pdf>>.

BRAZIL BY BRASIL. 2020 Disponível em: <<https://brazilbybrasil.com/index.html>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARTA CAPITAL. **Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório**. 31 out. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CARVALHO, Lucas. **Papel das empresas no impacto ambiental**. In: PENSAMENTO Verde. 9 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/papel-das-empresas-impacto-ambiental/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2005.

CASTELO BRANCO, Lucas Faillace. **As reformas de Clístenes**. In: POLÍTICA Livre. Disponível em: <politicalivre.com.br/artigos/as-reformas-de-clistenes/#gsc.tab=0>. Acesso em: 14 set. 2020.

CASTRO, Mateus; G1 AM. **Queimadas no Amazonas em 2020 registram maior número da história**. In: G1. 11 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/10/11/queimadas-no-amazonas-em-2020-superam-recorde-de-2005-e-registram-maior-numero-da-historia.ghtml>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Glossário**. In: Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/glossario/#1500039653212-2bb4a5b5-6258>>. Acesso em: 23 out. 2020

CONVERSA COM BIAL 16/11/2020. **Programa de 16/11/2020**. 40 min 9 s, color. In: GLOBOPLAY. 16 nov. 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9029227/programa/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CORNFIELD, M. **Yes, It Did Make A Difference**. Taking Note. A Century Foundation Group Blog. <<http://takingnote.tcf.org/2008/06/yes-it-did-make.html>>. Acesso em: 21 out. 2020.

CORRÊA, Alessandra. **Brasil é exemplo de sucesso na redução do desmatamento, diz relatório**. In: BBC News. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140604_desmatamento_relatorio_ac_hb>. Acesso em 23 nov. 2020.

CÔRREA, Lilian Cristina; DIMITROV, Luciana Duenha. **Variáveis de crítica política, social e histórica em peça e filme The Crucible, de Arthur Miller**. O Olho da História. N. 21, Salvador (BA), jul. 2015. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/12/21lilianluciana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CRUPPE, Marizilda. **DIA DA SOBRECARGA DA TERRA - OVERSHOOT DAY 2020**. In: WWF Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/overshootday.cfm>>. Acesso em: 23 set. 2020.

DAQUINO, Fernando. **A história das redes sociais: como tudo começou**. In: TECMUNDO. 26 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

DATAFOLHA. **78% se consideram bem informados sobre coronavírus**. 10 abr. 2020. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. **Demo**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/demo>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DURANT, Will. **Filosofia da vida**. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

ELKINGTON, John. Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. **California management review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/41165746>>. Acesso em: 30 set. 2020.

ELLER, Johana. **Ex-presidente do Inpe Ricardo Galvão é escolhido um dos dez cientistas do ano pela 'Nature'**. In: O Globo. 13 dez. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ex-presidente-do-inpe-ricardo-galvao-escolhido-um-dos-dez-cientistas-do-ano-pela-nature-24136053>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ESTADÃO. **Reino Unido torna ilegal uso de commodities provenientes de áreas desmatadas**. In: Estadão. 2020. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,reino-unido-torna-ilegal-uso-de-commodities-provenientes-de-areas-desmatadas,70003509611>>. Acesso em 23 nov. 2020.

EY. **Os seus relatórios não financeiros contam a sua história de criação de valor?** - Quarta edição da pesquisa da EY Climate Change and Sustainability Services. In: EY. 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ey.com/pt_br/assurance/does-nonfinancial-reporting-tell-value-creation-story>. Acesso em 23 nov. 2020.

FARIAS, L. A. **Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido**. São Paulo: Ed. Metodista, 2019.

FEBRACE. **8 metas do milênio**. 30 set. 2015. Disponível em: <febrace.org.br/8-metas-do-milenio/#.X5tH6NBKhPa>. Acesso em: 29 out. 2020.

FLORESTI, Felipe. **Manifestações de “Junho de 2013” completam cinco anos: o que mudou?** In: REVISTA Galileu. 2 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Perfil de Folha de São Paulo no Twitter. Publicado em 5.05.2020. Disponível em: <twitter.com/folha/status/1257792871966674945?s=21>. Acesso em: 6 nov. 2020.

FRANÇA, José Felipe Quintanilha. **Democracia, a Herança Grega de Atenas no Pensamento Político Universal (Sólon / Clístenes / Péricles)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b6846b0186a035fc>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FRANCO, Augusto de. **Comentários a ‘O que é política?’ de Hannah Arendt**. IN: DAGOBÁH Inteligência Democrática. 4 jul. 2019. Disponível em: <<http://dagobah.com.br/comentarios-a-o-que-e-politica-de-hannah-arendt/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRAZÃO, Dilva. **Aristóteles**. In: EBIOGRAFIA. 13 ago. 2019 Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/aristoteles/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

FUGA, Bruno Augusto Sampaio. **O sentido da política em Hannah Arendt**. In: CONTEÚDO Jurídico. 23 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/coluna/1161/o-sentido-da-politica-em-hannah-arendt>>. Acesso em: 29 set. 2020.

FUNBIO. **Agência GEF**. Disponível em: <www.funbio.org.br/agencias/agencia-gef/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FUTADA, Sílvia; SPINDEL, Marina. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação?** In: INSTITUTO Socioambiental. jun. 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

GIELOW, Igor. **Eleitor confia mais no jornalismo profissional para se informar sobre o pleito, mostra Datafolha**. In: FOLHA de São Paulo. 9 out. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3f8YKqF>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GIRARDI, Giovana. **Bolsonaro acusa Inpe de divulgar dados mentirosos sobre desmatamento**. In: ESTADÃO. 19 jul. 2019. Disponível em: <sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-inpe-de-divulgar-dados-mentirosos-sobre-desmatamento,70002929326>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY (GEF). **Funding**. Disponível em: <<http://www.thegef.org/about/funding>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE (GSIA). **2018 Global Sustainable Investment Review**. 2018. Disponível em: <http://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2019/06/GSIR_Review2018F.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GOMES, W. et al. "Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 29–43, 1 out. 2009.

GONÇALVES, Aroldo A. Severo. **Breves comentários sobre a política e a justiça em Platão e Aristóteles**. In: Jus.com.br. [S.l.] 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42664/breves-comentarios-sobre-a-politica-e-a-justica-em-platao-e-aristoteles>>. Acesso em: 28 set. 2020.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, vol. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GUEDES CORRÊA, E. Usina de Letras. Disponível em: <www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=5120&cat=Reda%E7%E3o>. Acesso em: 16 out. 2020.

G1. **Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19**. 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **O papel da sociedade civil e da esfera pública política**. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

HELFERICH, Christoph. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HUGO. **2020 Mid-Year Podcast Industry Report**. In: VOXNEST. 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://blog.voxnest.com/2020-mid-year-podcast-industry-report/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

IMPERATIVE 21. **Imperative 21**. Disponível em: <<https://imperative21.com.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

INPE. **INPE esclarece sobre sistemas de monitoramento**. 17 jan. 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5002>. Acesso em: 1 nov. 2020.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Responsabilidade Social Empresarial nos Processos Gerenciais e nas Cadeias de Valor. São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em <<https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/05.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2020

_____. **Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas**. 25 ago. 2009. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/carta-aberta-ao-brasil-sobre-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**. Bauru: v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/viewFile/67/31>>. Acesso em: 29 out. 2020.

LENZI, Tié. **O que é política?** In: TODA Política. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/o-que-e-politica/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

LOMBA, Simão. **Leis de Kranzberg**. In: Educação Tecnológica. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/milip.org/et/leis-de-kranzberg>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MANDELLI, Mariana. **Pandemia restaura confiança no jornalismo profissional**. In: FOLHA de São Paulo. 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/pandemia-restaura-confianca-no-jornalismo-profissional.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Platão**. In: SABEDORIA Política. fev. 2016. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-antiga/platao/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

MENEGHETTI, Diego. **O que foi a Eco-92?** In: SUPERINTERESSANTE. 4 jul. 2018. Disponível em: <super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-eco-92/>. Acesso em: 23 out. 2020.

MENESCAL, A. **A idéia de Justiça e a formação da cidade ideal na República de Platão.** 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. Disponível em: <http://www.uece.br/cmaf/dmdocuments/dissertacao_justica_cidade_ideal_platao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

MILLER, Arthur. **The Crucible.** Harmondsworth: Penguin, 2000.

MILZ, Thomas. **A tensa relação entre governo Bolsonaro e imprensa.** In: DW. 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3Egph>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MOTTA, Silvio F. R.; AGUILAR, Maria T. P. Sustentabilidade e Processos de Projetos de Edificações. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 4, n. 1, p. 88-123, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/50953>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MOUTINHO, Wilson Teixeira. **Mito da Caverna.** In: COLA da Web Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/resumos/mito-caverna>>. Acesso em: 22 set. 2020.

MUSEU DO AMANHÃ. **O que é o Dia da Sobrecarga da Terra?** Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobrecarga-da-terra-entenda>>. Acesso em: 25 out. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 29 out. 2020.

NADER, Giovana. **#9 A economia do desmatamento zero** - com Ricardo Abramovay. 36 min. 26 mai. 2020. Podcast O Tempo Virou. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4Nxsoyof7XPmIUWKo4kSEdY?si=b4TUm_fUQZS3bnATXvHzgw>. Acesso em: 1 nov. 2020.

NATURE NEWS & COMMENT. **Perfil de Nature News & Comment no Twitter.** Publicado em 01.08.2019. Disponível em: <<https://twitter.com/NatureNews/status/1157031159538376708>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

NEWS FROM SCIENCE. **Perfil de News From Science no Twitter.** Publicado em 30.07.2019. Disponível em: <twitter.com/nytimes/status/1155493154801500160>. Acesso em: 23 nov. 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006, p. 75. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3obVtpeKSliZGJiR0pvYmtiWUE/view?fbclid=IwAR1rmcA59dZ_9Ke6gz8A4KUq_6RUHxsGgUs0rLjDBH0XTrms0fH0HyCmFCg>. Acesso em: 16 out. 2020.

OCEAN TOMO. **Annual Study of Intangible Asset Market Value from Ocean Tomo, LLC**. In: OCEAN Tomo. 5 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.oceantomo.com/media-center-item/annual-study-of-intangible-asset-market-value-from-ocean-tomo-llc/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

OSHIRO, Ana Lucia de Alcantara. **Reputação** - As Interpretações dos Sujeitos Organizacionais e Coletivos: No contexto normativo de transição do capitalismo material para o imaterial cognitivo em rede. 2014, 367 p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. **Reputação, Norma, Ativo, Confiança e a Gestão Virtuosa Integradora**. Buqui Livros Digitais, 2016.

OXFAM. **Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial**. In: OXFAM Brasil. 19 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PACIEVITCH, Thais. **Tecnologia da Informação e Comunicação**. In: INFOESCOLA. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/ods/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

PAULA, Camila. **Como surgiu a política?** In: DESCOMPLICA. 23 jul. 2017. Disponível em: <<https://descomplica.com.br/artigo/como-surgiu-a-politica/4nB/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/ods/17/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Plataforma Agenda 2030: Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

PLATÃO. **A República**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3ª ed. Belém: EDUFPA, 2000.

PENA, Rodolfo Alves. **Primavera Árabe**. In: BRASIL Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

PNUD BRASIL. **Declaração do Milênio**. 29 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: 29 out. 2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Democracia**. In: BRASIL Escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Sócrates**. In: MUNDO Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/socrates.htm>>. Acesso em: 23 set. 2020.

PRADO, Elisa (Org.). **Gestão da reputação: riscos, crise e imagem corporativa**. São Paulo: Aberje, 2017.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. **Mineração em terras indígenas: a proposta do governo Bolsonaro em 10 perguntas e respostas**. In: ((O))ECO. 9 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/mineracao-em-terras-indigenas-a-proposta-do-governo-bolsonaro-em-10-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 8 nov. 2020.

PRZYGOCKI, Matheus Henry. **Resenha de: “A gaia ciência.”** In: UNICENTRO Paraná. 27 set. 2017. Disponível em: <<https://www3.unicentro.br/petfisica/2017/09/27/resenha-de-a-gaia-ciencia/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando. (Org.). *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: UNISC, p. 1-269, 2009. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

_____. O Capital Social em Rede: como as Redes Sociais na Internet estão gerando novas formas de Capital Social. **Contemporanea: Comunicação e Cultura**, v.10, n.03, set-dez 2012, p. 597-617. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6295/4671>> Acesso em: 17 set. 2020.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. **A ECONOMIA DO RETWEET: Redes, Difusão de Informações e Capital Social no Twitter**. XX Encontro da Compós. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura, 2011. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/recuerozagocompos2011.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRA. **Brazil**. In: RSF. Disponível em: <<https://rsf.org/en/brazil>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

_____. **Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias.** In: RSF. 31 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3nDWkmC>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

REVISTA PLANETA. **Bem-vindo ao Antropoceno.** 14 fev. 2012. In: Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais (LADEM). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <www.ufjf.br/ladem/2012/02/14/bem-vindo-ao-antropoceno/>. Acesso em: 23 set. 2020.

RIO+20. **Sobre a Rio+20.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

ROTHMAN, Paula. **Veja a Internet em números no ano de 2010.** In: EXAME. 16 jan. 2011. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/veja-a-internet-em-numeros-no-ano-de-2010/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SACCHITIELLO, Bárbara. **Circulação digital dos grandes jornais cresce no Brasil.** In: MEIO e Mensagem. 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3IHANcg>>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

SANTOS, R. R. de O. O papel da imprensa como formadora da opinião pública política. **Revista Temática**, ano VIII, n. 06, jun. 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/23695/13001>>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões Sobre o Conceito de Política. **Revista de Direito.** Rio de Janeiro: v. 8, n. 2, 1965.

SENADO FEDERAL. Rio-92 lançou as bases para nova relação com o planeta. **Em Discussão!** Revista de audiências públicas do Senado Federal, ano 3, n. 11, p. 13, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SÉRGIO, Paulo. **Aristóteles** - Política. In: PUS SP. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/pos/cesima/schenberg/alunos/paulosergio/politica.html>>. Acesso em: 17 set. 2020.

SHALDERS, André. **Investidores estrangeiros não vão ser convencidos só por retórica ambiental do governo, diz pesquisador.** In: BBC News Brasil. 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53358810>>. Acessado em: 24 nov. 2020.

SLAPER, Timothy F.; HALL, Tanya J. The triple bottom line: What is it and how does it work. **Indiana business review**, v. 86, n. 1, p. 4-8, 2011. Disponível em: <www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SÓ HISTÓRIA. **Grécia Antiga.** Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/grecia/p2.php>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SOLOVE, Daniel J. **The Future of Reputation**. New Haven (CT): Yale University Press, 2007.

TERRABRASILIS. **Análise** - Focos de Queimada x Desmatamento (Bioma Amazônia). Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/fires/legal/amazon/aggregated/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

_____. **PRODES (Desmatamento)**. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments>. Acesso em: 1 nov. 2020.

THE ECONOMIST. **Deathwatch for the Amazon**. 1 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2019/08/01/deathwatch-for-the-amazon>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

THE GUARDIAN. **Perfil de The Guardian no Twitter**. Publicado em 01.08.2019. Disponível em: <<https://twitter.com/guardian/status/1156782790714757121?s=24>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

THE NEW YORK TIMES. **Perfil de The New York Times no Twitter**. Publicado em 28.07.2019. Disponível em: <twitter.com/nytimes/status/1155493154801500160>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TOLLEFSON, Jeff. RICARDO GALVÃO: Science defender. **Nature's 10**: Ten people who mattered in science in 2019, v. 576, dez. 2019, p. 361-372. Disponível em: <<https://www.nature.com/immersive/d41586-019-03749-0/pdf/d41586-019-03749-0.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

TUHLINSKI, Camila. **Leonardo DiCaprio critica Bolsonaro e divulga texto sobre preocupação com queimadas na Amazônia**. In: O Estado de S.Paulo. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39esEZt>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

UN ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Fundo para o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/sobre-o-pnuma/financiamento-e-parcerias/fatos-dos-financiamentos/fundo-para-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

UNITED NATIONS. **Declaração do Milênio**. 2020. Lisboa: United Nations Information Centre, 2001. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. **Sustainable Development Goals**. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

UOL. **Discurso "antiambiental" de Salles pode abalar ambições do Brasil no exterior, dizem especialistas**. In: UOL. 28 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/rfi/2020/05/28/discurso-antiambiental-de-salles-pode-abalar-ambicoes-do-brasil-no-exterior-dizem-especialistas.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

USP TALKS. **Jornalismo e Democracia: Qual o papel da imprensa na sociedade? | USP Talks | #JornaldaUSP** - ao vivo. 4 ago. 2020. 74 min 05 s, color. Canal USP. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hTHVFQ6UOHg&ab_channel=CanalUSP>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WIKIPÉDIA. **Asymmetric Digital Subscriber Line**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Asymmetric_Digital_Subscriber_Line>. Acesso em: 6 nov. 2020.

_____. **Democracia ateniense**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_ateniense>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Fundo Mundial para o Ambiente**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Mundial_para_o_Ambiente>. Acesso em: 1 nov. 2020.

_____. **Hannah Arendt**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt>. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **iPhone**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/IPhone>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WWF Brasil. **Este ano, a data chegou mais cedo**. 2016. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/overshootday2/>. Acesso em: 25 out. 2020.

_____. **Relatório Planeta Vivo 2012 (Resumo)**: WWF INT 2012 + parceiros ZSL e GFN (conforme relatório principal). Amazônia, p. 26.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. **Ministério Público Federal pede afastamento do cargo do ministro Ricardo Salles**. In: G1. 6 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/06/ministerio-publico-federal-pede-afastamento-do-cargo-do-ministro-ricardo-salles.ghtml>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de Marketing e Comunicação**: avanços e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZAGO, Gabriela da Silva; BASTOS, Marco Toledo. Visibilidade de Notícias no Twitter e no Facebook: Análise comparativa das notícias mais repercutidas na Europa e nas Américas. **Brazilian Journalism Research**, v.9, n.1, 2013.